

MESTRADO EM
CONTABILIDADE, FISCALIDADE E FINANÇAS
EMPRESARIAIS

TRABALHO FINAL DE MESTRADO
DISSERTAÇÃO

MATÉRIAS RELEVANTES DE AUDITORIA: O CASO DO *GOODWILL*

MARIA INÊS FERREIRA GONÇALVES

OUTUBRO 2019

MESTRADO EM
CONTABILIDADE, FISCALIDADE E FINANÇAS
EMPRESARIAIS

TRABALHO FINAL DE MESTRADO
DISSERTAÇÃO

MATÉRIAS RELEVANTES DE AUDITORIA: O CASO DO *GOODWILL*

MARIA INÊS FERREIRA GONÇALVES

ORIENTAÇÃO:

**PROFESSORA DOUTORA ANA ISABEL ABRANCHES PEREIRA DE
CARVALHO MORAIS**

OUTUBRO 2019

Resumo

A partir de 2016, no seguimento das mudanças propostas pelo *International Auditing and Assurance Standards Board* (IAASB) ao modelo de relatório de auditoria, passou a ser exigido aos auditores de entidades de interesse público a comunicação das matérias relevantes de auditoria, em inglês, *Key Audit Matters* (KAM).

Neste contexto, tendo em consideração que o *goodwill* é uma das áreas de maior frequência na comunicação de KAM e dado o seu peso significativo nas Demonstrações Financeiras (DFs) das entidades, o principal objetivo do presente estudo prende-se com a análise dos fatores que influenciam a decisão do auditor de comunicar a imparidade do *goodwill* como KAM, em entidades cujo peso relativo deste ativo intangível é significativo.

Com este propósito utiliza-se uma amostra de 92 observações de entidades cotadas nos índices bolsistas da Alemanha - DAX 30 -, Bélgica - BEL 20 -, Espanha -IBEX 35-, França - CAC 40 -, Holanda – AEX - e Portugal - PSI 20 -, no final do ano fiscal de 2017.

Em linha com as hipóteses formuladas, os resultados mostram que perante entidades com elevados níveis de rendibilidade ou com fortes mecanismos de *corporate governance*, o auditor tem menor tendência para comunicar a imparidade do *goodwill* como KAM. Em sentido oposto, os resultados sugerem ainda que, é em entidades de maior dimensão ou com maior peso relativo do *goodwill* nas suas DFs, que o auditor tem maior tendência para identificar a imparidade do *goodwill* como KAM.

Palavras-chave: *goodwill*, imparidade do *goodwill*, relatório de auditoria, matérias relevantes de auditoria.

Abstract

Since the year 2016, following the changes proposed to the audit report by the International Auditing and Assurance Standards Board (IAASB), it became mandatory for auditors of public interest entities to disclose Key Audit Matters (KAM).

Given this context, and considering that goodwill is one of the fields in which the disclosure of KAM is more frequent, and given its importance in financial statements, the main goal of this study is to analyse the factors that influence the auditor's decision to communicate the goodwill impairment as KAM, in firms in which the relative importance of this intangible asset is significant.

To this end, a sample of 92 entities listed in the stock market indices of Germany - DAX 30 -, Belgium - BEL 20 -, Spain - IBEX 35 -, France - CAC 40 -, Netherlands - AEX- and Portugal - PSI 20 - at the 2017 fiscal year-end, is used.

According to the formulated hypotheses, the results show that in high profitability firms or in those with strong corporate governance mechanisms, the auditor is less likely to disclose goodwill impairment as KAM. On the other hand, the results suggest that in firms of a larger size or with more relative importance of goodwill in their financial statements, the auditor is more likely to disclose goodwill impairment as KAM.

Keywords: goodwill, goodwill impairment, audit report, key audit matters.

Agradecimentos

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer à minha orientadora, Professora Doutora Ana Morais, pela disponibilidade e acompanhamento ao longo da concretização deste projeto. Por todas as sugestões e críticas realizadas ao meu trabalho o meu muito obrigada.

Gostaria também de agradecer, aos meus colegas e amigos de mestrado pelo apoio, companheirismo e ajuda durante a nossa vida académica.

Por último, quero agradecer à minha família e amigos, em especial aos meus pais, à minha irmã e ao meu namorado, pelo incentivo e apoio incondicionais.

Índice de Tabelas

Tabela I – Composição da amostra por país.....	18
Tabela II - Composição da amostra por sector	18
Tabela III - Estatística descritiva	22
Tabela IV - Estatística descritiva por sector de atividade	23
Tabela V – Matriz de correlação de Pearson.....	24
Tabela VI - <i>Variance Inflation Factor</i>	25
Tabela VII – Resultados do modelo <i>logit</i>	26
Tabela VIII – Resultados do modelo <i>logit</i> : decomposição da variável <i>CG</i>	29
Tabela IX – Resultados do modelo <i>logit</i> : interação entre as variáveis <i>CG</i> e <i>Dim_GW</i> .	30
Tabela X - Resultados do modelo <i>logit</i> : considerando apenas o sector financeiro	31

Índice de Anexos

Índice de Figuras

Figura 1 – Percentagem de previsões corretas do modelo <i>logit</i>	40
Figura 2 – Percentagem de previsões corretas do modelo <i>probit</i>	41

Lista de Abreviaturas

Big Four - Quatro maiores empresas internacionais de auditoria (Deloitte, EY, KPMG, PwC)

CEO - *Chief Executive Officer*

DFs - Demonstrações Financeiras

IAASB - *International Auditing and Assurance Standards Board*

IAS - *International Accounting Standards*

IASB - *International Accounting Standards Board*

IFRS - *International Financial Reporting Standards*

ISA - *International Standard on Auditing*

KAM - *Key Audit Matters*

PCAOB - *Public Company Accounting Oversight Board*

RBC - *Rules-Based Continuum*

US GAAP - *United States Generally Accepted Accounting Principles*

VIF - *Variance Inflation Factor*

Índice

Resumo	i
Abstract	ii
Agradecimentos	iii
Índice de Tabelas	iv
Índice de Anexos	v
Lista de Abreviaturas	vi
1. Introdução	1
2. Enquadramento	3
3. Revisão da Literatura	5
3.1. Matérias Relevantes de Auditoria.....	5
3.1.1. <i>Relação entre o cliente e o auditor</i>	8
3.1.2. <i>Fatores culturais e institucionais</i>	8
3.1.3. <i>Risco de litígio</i>	8
3.1.4. <i>Natureza das normas contabilísticas</i>	10
3.2. <i>Goodwill</i>	11
3.3. O <i>Goodwill</i> como Matéria Relevante de Auditoria	14
3.3.1. <i>Rendibilidade</i>	14
3.3.2. <i>Mecanismos de corporate governance</i>	15
4. Amostra e Metodologia	17
4.1. Descrição da Amostra.....	17
4.2. Metodologia.....	18
5. Resultados Empíricos	21
5.1. Estatística Descritiva	21
5.2. Matriz de Correlação de Pearson.....	23
5.3. Análise dos Resultados	25
5.4. Análise Adicional e de Robustez.....	28
6. Conclusão	32
Referências Bibliográficas	35
Anexos	40

1. Introdução

A contabilização do *goodwill* tem sido fonte de frequente debate entre académicos e profissionais da área, tendo contribuído para tal a publicação da *International Financial Reporting Standards (IFRS) 3: Concentrações de Atividades Empresariais*, pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* (André, Filip & Paugam, 2016). Segundo esta norma, o *goodwill* adquirido numa concentração de atividades empresariais deixa de ser amortizado sistematicamente para ser testado quanto à imparidade, pelo menos anualmente (IFRS 3, §55) (IASB, 2004). A realização destes testes de imparidade exige o cálculo de estimativas contabilísticas, que decorrem do julgamento profissional dos gestores (AbuGhazaleh, Al-Hares & Roberts, 2011), situação que evidencia a discricionariedade permitida pela IFRS 3. Se, por um lado, o regime de imparidade do *goodwill* tem sido apoiado por melhor espelhar a realidade económica de uma entidade (Chalmers, Godfrey & Webster, 2011), por outro, tem sido alvo de algumas críticas, por poder ser utilizado com o intuito de alcançar os resultados desejados (Giner & Pardo, 2015; Schatt, Doukakis, Bessieux-Ollier & Walliser, 2016), o que poderá tornar o *goodwill* numa área de risco na auditoria.

Recentemente, o *International Auditing and Assurance Standards Board (IAASB)* e o *Public Company Accounting Oversight Board (PCAOB)* propuseram mudanças ao antigo relatório de auditoria, nomeadamente, a introdução de uma nova secção destinada à comunicação das matérias relevantes de auditoria, em inglês *Key Audit Matters (KAM)*, designação utilizada doravante. Neste contexto, passou a ser obrigatória a aplicação da *International Standard on Auditing (ISA) 701: Comunicar Matérias Relevantes de Auditoria no Relatório do Auditor Independente*, em auditorias realizadas a entidades de interesse público referentes a períodos findos em ou após 15 de dezembro de 2016 (ISA 701, §6). A comunicação destas matérias visa aumentar o valor comunicativo do relatório de auditoria (ISA 701, §2) (IAASB, 2016), visto que o valor comunicativo do antigo relatório de auditoria se afigurava mínimo (Coram, Mock, Turner & Gray, 2011).

Tendo em consideração as áreas de investigação sobre a imparidade do *goodwill* e KAM, estudos recentes apontam que uma das KAM mais frequentemente identificada nos relatórios de auditoria diz respeito a questões relacionadas com o *goodwill* (Deloitte, 2017; KPMG, 2017a). Apesar da evidência da relevância económica e prática do tema e apesar da vasta investigação existente sobre os dois temas separadamente, foi identificada

uma lacuna na literatura, dado que, tanto quanto é possível observar, não existe uma análise integrada destas duas temáticas. Desta forma, o presente estudo pretende contribuir não só para uma abordagem teórica do tema, como também para os aspetos práticos da sua aplicabilidade.

Dos vários fatores identificados na literatura como potencialmente influenciadores da decisão do auditor de comunicar a imparidade do *goodwill* como KAM, a rendibilidade e os mecanismos de *corporate governance* de uma entidade apresentam-se como os mais objetivos e mensuráveis, se se considerar que a informação sobre estes se encontra nos relatórios e contas das entidades em questão. Face ao exposto, delineia-se como principal objetivo do estudo a análise da influência dos referidos fatores na decisão a tomar pelo auditor, em entidades cujo peso relativo do *goodwill* nas Demonstrações Financeiras (DFs) é significativo.

Para cumprir este fim, utiliza-se uma amostra constituída por 92 observações de entidades cotadas presentes nos índices bolsistas da Alemanha - DAX 30 -, Bélgica - BEL 20 -, Espanha - IBEX 35 -, França - CAC 40 -, Holanda - AEX - e Portugal - PSI 20 -, a 31 de dezembro de 2017. Apesar do curto horizonte temporal em análise, a validade do estudo não é comprometida. Pese embora não se tratar de uma posição consensual, estudos sobre a realidade europeia defendem que, após as primeiras divulgações, as KAM não têm conteúdo informativo significativo, não fornecendo informação adicional aos investidores (Bédard, Gonthier-Besacier & Schatt, 2014). Por outro, o facto de o número médio de KAM divulgadas pelo auditor se manter constante ao longo dos anos (Bédard et al., 2014) sugere uma tendência de manutenção do tipo de KAM divulgadas. Por estas razões, considera-se adequada a reduzida dimensão temporal da amostra. Pelo facto de a variável dependente em análise ser binária, recorre-se a um modelo *logit* para testar se a decisão do auditor de comunicar a imparidade do *goodwill* como KAM é influenciada pela rendibilidade e/ou pelos mecanismos de *corporate governance* de uma entidade.

Em linha com as hipóteses formuladas, os resultados mostram a existência de uma relação negativa entre a rendibilidade de uma entidade e a decisão do auditor de comunicar a imparidade do *goodwill* como KAM. No mesmo sentido, demonstram que é em entidades com fortes mecanismos de *corporate governance* que o auditor tem menor tendência para divulgar este tipo de KAM. Os resultados sugerem ainda que é em

entidades com maior dimensão ou maior peso relativo do *goodwill* nas suas DFs que o auditor apresenta maior tendência para identificar a imparidade do *goodwill* como KAM.

O presente estudo encontra-se dividido em seis capítulos. No capítulo que se segue é efetuado um breve enquadramento teórico, contextualizando-se as temáticas a abordar. No capítulo 3 é exposta a literatura que suportará a investigação, tanto relativa à imparidade do *goodwill*, como sobre as matérias relevantes de auditoria. Também suportadas pela literatura, são apresentadas neste capítulo as hipóteses formuladas. Posteriormente, no capítulo 4, procede-se à descrição da amostra e da metodologia a adotar e, no capítulo 5, são apresentados os resultados empíricos obtidos. Por fim, no capítulo 6, são expostas as principais conclusões, limitações e sugestões para investigação futura.

2. Enquadramento

Ao longo dos últimos anos, reguladores e utilizadores de DFs têm levantado questões sobre a forma e o conteúdo do relatório de auditoria (Gray, Turner, Coram & Mock, 2011). Estudos recentes evidenciam que o valor comunicativo do relatório de auditoria anterior ao atualmente em vigor era mínimo (Coram et al., 2011), não sendo claro para utilizadores, preparadores e auditores o que se pretendia comunicar. Por esta razão, os utilizadores das DFs sugeriram a introdução no relatório de auditoria de informação específica sobre a entidade auditada e não apenas informação padronizada, como até então se verificara (Gray et al., 2011). Em resposta a estas sugestões, o IAASB e o PCAOB propuseram mudanças no relatório de auditoria, conferindo-lhe a estrutura que tem atualmente com a inclusão de uma secção separada destinada à comunicação das matérias relevantes de auditoria (Brasel, Doxey, Grenier & Reffett, 2016).

Neste contexto, o Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, promoveu a melhoria da informação prestada pelo auditor às partes interessadas em auditorias a entidades de interesse público, nos termos do artigo 2º do Decreto-Lei nº 225/2008 de 20 de novembro de 2008 (Parlamento Europeu e Conselho da União Europeia, 2014b). Entidades de interesse público são “entidades regidas pelo direito de um Estado-Membro, cujos valores mobiliários são admitidos à negociação num mercado regulamentado de qualquer Estado-Membro”; “instituições de crédito”; “empresas de seguros”; ou “entidades designadas pelos Estados-Membros como entidades de interesse público, por exemplo, entidades de relevância pública significativa

em razão da natureza das suas atividades, da sua dimensão ou do seu número de trabalhadores” (Parlamento Europeu e Conselho da União Europeia, 2014a). Na sequência regulamento referido anteriormente, aplicável a partir de 17 de junho de 2016, os auditores de entidades de interesse público ficam obrigados a comunicar as matérias relevantes de auditoria, tornando-se obrigatória a aplicação da ISA 701, no contexto das auditorias realizadas a este tipo de entidades.

A ISA 701, publicada pelo IAASB, aplicável a auditorias de DFs de períodos findos em ou após 15 de dezembro de 2016 (ISA 701, §6), visa aumentar o valor comunicativo do relatório de auditoria, conferindo maior transparência à auditoria realizada (ISA 701, §2). Esta norma define matérias relevantes de auditoria, como “as matérias que, no julgamento profissional do auditor, foram as de maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente” (ISA 701, §8). Para a sua determinação, o auditor deve, de entre as matérias objeto de comunicação aos encarregados de governação, assinalar as que lhe exigiram uma atenção especial na execução da auditoria, tendo em consideração três áreas: áreas de risco elevado de distorção material; julgamentos significativos do auditor concernentes a áreas das DFs que envolveram julgamentos significativos dos encarregados de governação, incluindo as estimativas contabilísticas classificadas como tendo elevada incerteza de estimação; e o efeito na auditoria de acontecimentos e transações significativos que tiveram lugar durante o período corrente (ISA 701, §9). No processo de determinação das KAM, o auditor deve considerar que este modelo de relatório está projetado para a seleção de um número pequeno de matérias de entre as comunicadas aos encarregados de governação (ISA 701, §A9) (IAASB, 2016). De salientar que uma das KAM mais frequentemente identificadas prendem-se com questões relacionadas com o *goodwill* (Deloitte, 2017; KPMG, 2017a).

Segundo o apêndice A da IFRS 3 (revista), o *goodwill* constitui um “ativo que representa os benefícios económicos futuros resultantes de outros ativos adquiridos numa concentração de atividades empresariais que não sejam individualmente identificados nem separadamente reconhecidos.” (IASB, 2008) e resulta da diferença positiva entre o custo de concentração de atividades empresariais e o justo valor dos ativos adquiridos.

Em 2004, o IASB, procurando a convergência internacional e a harmonização contabilística com o normativo norte-americano, publicou a IFRS 3 e a *International Accounting Standards (IAS) 36: Imparidade de Ativos*. Neste contexto, o *goodwill*

adquirido numa concentração de atividades empresariais deixa de ser amortizado sistematicamente para ser testado anualmente quanto à imparidade, ou mais frequentemente, se existirem indícios de que possa estar em imparidade. Os testes de imparidade devem ser realizados de acordo com a IAS 36 (IFRS 3, §55) (IASB, 2004). Estes testes exigem que os gestores mobilizem o seu julgamento profissional no processo de tomada de decisão e no cálculo das estimativas contabilísticas (AbuGhazaleh et al., 2011), nomeadamente, a projeção de *cash-flows* futuros da unidade geradora de caixa à qual o *goodwill* é alocado, a taxa de atualização dos *cash-flows* (Schatt et al., 2016) e a taxa de crescimento de longo prazo dos mesmos (Avallone & Quagli, 2015). O facto de o *goodwill* assentar em estimativas carrega incerteza sendo, por isso, uma área de risco na auditoria. Por esta razão, apresenta-se como uma das áreas de maior incidência de KAM (Batista & Lopes, 2018).

3. Revisão da Literatura

3.1. Matérias Relevantes de Auditoria

O valor comunicativo do relatório de auditoria tem sido analisado ao longo das últimas décadas. Se por um lado, o conteúdo do anterior relatório de auditoria *per se* é importante para os utilizadores das DFs, na medida em que sinaliza o nível de fiabilidade destas, por outro lado, aqueles demonstram pouco interesse no seu conteúdo e, para além da confirmação da realização da auditoria por uma *Big Four* e da atribuição de uma opinião limpa pelo auditor, não o leem (Coram et al., 2011; Gray et al., 2011). Por outras palavras, o valor comunicativo do antigo relatório de auditoria é mínimo, exceção feita à sinalização da fiabilidade das DFs (Coram et al., 2011; Gray et al., 2011).

Vários autores afirmam que o *audit expectation gap*, isto é, a discrepância de expectativas entre o que os utilizadores das DFs esperam do auditor e o que, de facto, são as suas funções permanece significativo (Gray et al., 2011; Gold, Gronewold & Pott, 2012), apesar dos esforços do IAASB, com a revisão da ISA 700¹ relativa ao relatório de

¹ A referida ISA 700: *O relatório do auditor independente sobre um conjunto de demonstrações financeiras com finalidade geral* era aplicável a auditorias de DFs de períodos findos em ou após 31 de dezembro de 2006. Atualmente, encontra-se em vigor a ISA 700 (revista): *Formar uma opinião e relatar sobre demonstrações financeiras*, aplicável a auditorias de DFs de períodos findos em ou após 15 de dezembro de 2016.

auditoria, para alinhar as expectativas dos utilizadores das DFs com as responsabilidades do auditor e as da gestão, bem como para melhorar a fiabilidade das DFs auditadas (International Federation of Accountants (IFAC), 2008).

Em 2015, o IAASB propõe, na ISA 701, a inclusão de uma nova secção no relatório de auditoria destinada à divulgação das matérias relevantes de auditoria, com o intuito de melhorar a comunicação entre auditores e utilizadores das DFs (Cordoş & Fülöp, 2015). Um levantamento de opiniões dos utilizadores acerca da proposta apresentada revela que a maioria concorda com a alteração efetuada. Contudo, alguns inquiridos mostram as suas preocupações relativamente ao processo de implementação das KAM e aos efeitos da sua divulgação. Face às respostas obtidas, Cordoş & Fülöp (2015) concluem que as KAM são um conceito importante e que a sua introdução e aplicação irá ter um efeito positivo no modo como os auditores comunicam com os utilizadores das DFs, pois fornecem informação relevante.

Esta mudança abre espaço para a análise da efetiva contribuição da divulgação das KAM na melhoria do valor comunicativo do relatório de auditoria. Países como a França e os Estados Unidos da América foram pioneiros na comunicação deste tipo de matérias, com a divulgação de *Justifications of Assessments* e *Critical Audit Matters*, respetivamente, conceitos semelhantes às KAM.

Bédard et al. (2014) elaboram um estudo com base na realidade das empresas francesas e constatam que as KAM, quando divulgadas pela primeira vez, estão associadas à diminuição da assimetria de informação em entidades mais pequenas, cujo ambiente de informação é mais fraco, e ao aumento da qualidade da auditoria. No entanto, nos anos subsequentes estas associações não se mantiveram. Tais resultados permitem-lhes concluir que, após as primeiras divulgações, as KAM não têm conteúdo informativo significativo e, portanto, o novo relatório de auditoria, ainda que mais detalhado, não fornece informação adicional aos investidores.

Nos Estados Unidos da América, Christensen, Glover & Wolfe (2014) indagam acerca da forma como investidores não profissionais reagem à divulgação das KAM, constatando que estes, quando recebem a informação sob a forma de KAM, são mais propensos a alterar as suas decisões de investimento do que investidores não profissionais que recebem o mesmo tipo de informação, mas através de formas alternativas como, por exemplo, o relatório de auditoria sem a secção destinada às KAM. Estes resultados

mostram que as KAM têm valor comunicativo, uma vez que influenciam as decisões dos investidores não profissionais, porém o seu efeito diminui se forem indicadas soluções claras para fazer face aos riscos que lhes estão inerentes.

Por seu turno, Köhler, Ratzinger-Sakel & Theis (2016) alargam o âmbito da investigação anterior através da inclusão de investidores profissionais na sua análise. Nestas circunstâncias, verificam que a secção KAM não tem valor comunicativo para investidores não profissionais, invocando que estes têm dificuldades em interpretar as informações transmitidas pelas KAM. Pelo contrário, na esfera dos investidores profissionais, os autores apresentam evidências de uma realidade diferente. Por um lado, num quadro em que a secção KAM relativa à imparidade do *goodwill* evidencia uma tendência negativa, no que respeita à situação económica da entidade (*negative KAM*)², os investidores avaliam-na como significativamente melhor do que num cenário em que a secção KAM revela uma tendência positiva relativamente à situação económica da entidade (*positive KAM*). Tal constatação explica-se pelo facto de a secção KAM com tendência negativa conduzir a níveis de confiança mais elevados no auditor do que a secção KAM com tendência positiva. Por outro lado, a confiança dos investidores profissionais na sua avaliação da situação económica da entidade é maior na presença de uma secção KAM com tendência negativa. Assim sendo, é possível afirmar que as KAM têm valor comunicativo para os investidores profissionais, na medida em que influenciam a sua avaliação relativamente à situação económica de uma entidade, bem como a confiança nessa avaliação.

A decisão de divulgação das KAM por parte do auditor pode ser motivada não só pela relação entre o cliente e o auditor, como também por fatores culturais e institucionais, ou ainda pelo risco de litígio e pela precisão das normas contabilísticas.

² A divulgação pelo auditor de uma secção KAM com tendência negativa (*negative KAM*) sugere que pequenas mudanças nos pressupostos chave da entidade poderão conduzir, eventualmente, à imparidade do *goodwill*, assinalando a existência de um elevado risco de ocorrência de imparidade, o que poderá afetar negativamente o resultado líquido da mesma e, conseqüentemente, a sua situação económica. Pelo contrário, ao comunicar uma secção KAM com tendência positiva (*positive KAM*), o auditor indica que apenas grandes mudanças nos pressupostos chave da entidade poderão, eventualmente, conduzir à imparidade do *goodwill*, assinalando assim o risco reduzido da sua ocorrência, sendo baixo o risco do resultado líquido e da situação económica da entidade serem afetados.

3.1.1. *Relação entre o cliente e o auditor*

Na relação entre o cliente e o auditor, existem fatores que podem pôr em causa a independência deste e, conseqüentemente, a qualidade do relato financeiro no que se refere à divulgação das KAM. A literatura aponta como principais ameaças à independência do auditor a duração da relação entre o cliente e o auditor; a prestação, pelo auditor, de serviços não relacionados com auditoria; a importância do cliente e a lealdade do cliente à entidade que presta os serviços de auditoria. A maior proximidade do auditor relativamente ao cliente poderá contribuir para que seja mais protetor dos interesses deste, prejudicando a independência da auditoria. Sob outro ponto de vista, a proximidade permite-lhe ser mais conhecedor do negócio e assim desenvolver uma auditoria de maior qualidade. Por seu turno, a dependência financeira do auditor face ao cliente pode torná-lo permeável a pressões, facto que pode ser mitigado pela sua preocupação com o risco de litígio e de perda reputacional (Tepalagul & Lin, 2015).

A investigação de Sierra-García, Gambetta, García-Benau & Orta-Pérez (2019) mostra que as características do cliente e do auditor são relevantes na quantidade e no tipo de KAM divulgadas no relatório de auditoria. Sobre estas características, Pinto & Morais (2018) já tinham identificado uma relação positiva entre a dimensão da entidade e o número de KAM divulgadas e uma associação negativa entre a rendibilidade da entidade e o número de KAM divulgadas. Concluíram também que existe uma associação positiva entre os honorários pagos aos auditores e o número de KAM divulgadas.

3.1.2. *Fatores culturais e institucionais*

Os fatores culturais e institucionais podem influenciar os julgamentos e decisões dos auditores na divulgação das KAM (Pinto & Morais, 2018). Uma análise de Nolder & Riley (2014) demonstra que a cultura, por via da sua influência na confiança do auditor, na sua atitude face ao risco e na forma como responde a conflitos de interesse e éticos, desempenha um papel considerável no processo de tomada de decisão dos auditores.

3.1.3. *Risco de litígio*

A mudança no modelo de relatório de auditoria gerou preocupações entre os auditores, devido ao possível impacto que a divulgação das KAM possa ter ao nível do aumento da sua responsabilização em litígios. Por este facto, o risco de litígio constitui

uma razão que condiciona a decisão do auditor no momento de comunicar as KAM. Mais concretamente, por um lado, no caso de o auditor divulgar KAM relacionadas com a questão litigada, pode argumentar-se contra este invocando que estava consciente dos riscos e que poderia ter feito mais para prevenir a distorção (Gimbar, Hansen & Ozlanski, 2016a). Por outro lado, no caso da divulgação de KAM não relacionadas com a questão litigada, poderá levantar-se a questão sobre a qualidade da auditoria realizada pelo auditor, aumentando assim a probabilidade de ser considerado negligente pela não divulgação das KAM consideradas relevantes (Gimbar, Hansen & Ozlanski, 2016b).

A este propósito, a literatura sugere também ser possível que a divulgação de KAM relacionadas com a matéria litigada contribua para a diminuição do risco de litígio, visto que o auditor, ao realizar esta divulgação, identifica e notifica, previamente, os utilizadores das DFs dos riscos elevados nas áreas identificadas como KAM (Gimbar et al., 2016a). Também Brasel et al. (2016) mostram que a divulgação de KAM relacionadas ou não com a questão litigada reduz o risco de responsabilização do auditor em litígios, comparativamente com opção de não divulgar qualquer KAM. Por outras palavras, a divulgação de qualquer tipo de KAM fornece uma proteção contra litígios aos auditores sendo, por isso, preferível à não divulgação. Todavia, esta proteção legal poderá ter também um efeito perverso, na medida em que os auditores, com o intuito de se protegerem contra o risco de litígio, tenderão a aumentar a divulgação de KAM pouco relevantes, diluindo assim o impacto das KAM mais significativas.

No entanto, há a considerar dois fatores que podem causar o aumento da responsabilização do auditor em caso de litígio: os documentos de trabalho do auditor e a precisão das normas contabilísticas. Relativamente ao primeiro fator, há que ter em conta a disponibilização dos documentos de suporte à auditoria que sustentam o processo de tomada de decisão do auditor. O acesso a estes documentos aumenta a probabilidade de o auditor ser considerado negligente, pois provoca, em quem o julga, um aumento da perceção da previsibilidade da distorção e do seu potencial controlo por parte do auditor (Backof, 2015). No que respeita ao segundo fator, Gimbar et al. (2016b) verificam que, sob normas contabilísticas precisas, a divulgação de qualquer tipo de KAM aumenta em maior proporção a probabilidade de o auditor ser considerado responsável pela distorção do que sob normas imprecisas. Estes resultados suportam o argumento de que, sob normas precisas de contabilidade, a divulgação de KAM relacionadas com a questão litigada

amplifica a perceção do controlo que o auditor tem sobre o relato financeiro, o que provoca o aumento da sua responsabilização pela distorção.

3.1.4. Natureza das normas contabilísticas

A decisão do auditor na comunicação das KAM pode ser influenciada pela natureza das normas contabilísticas. Neste ponto, distinguem-se as normas baseadas em regras das baseadas em princípios. As primeiras definem regras claras e bem estruturadas, que deixam pouco ou nenhum espaço à interpretação, podendo abrir espaço para que os preparadores das DFs estruturem as transações de forma a ir ao encontro das regras estipuladas, podendo assim encorajar uma abordagem “*check-the-box*”; as segundas apresentam-se menos rígidas, admitindo maior discricionariedade na sua aplicação, bem como o uso do julgamento profissional por parte da gestão (Schipper, 2003).

A este propósito, Cohen, Krishnamoorthy, Peytcheva & Wright (2013) defendem que os auditores são mais propensos a restringir práticas agressivas de relato financeiro por parte dos gestores sob normas contabilísticas baseados em princípios do que sob normas baseados em regras, tanto em regimes regulatórios mais fortes, como em regimes regulatórios mais fracos³. Importa destacar que os julgamentos dos auditores, sob normas baseadas em princípios, qualquer que seja a força do regime regulatório - ambiente característico dos países que adotam IFRS - conduzem ao exercício do relato financeiro de forma mais conservadora, isto é, com menor agressividade da parte dos gestores, em comparação com ambientes de normas baseadas em regras com regimes regulatórios fortes - modo como normalmente é caracterizado o sistema norte-americano. Deste modo, os autores concluem que a adoção de normas baseadas em princípios aumenta a qualidade do processo de relato financeiro. Conclusões semelhantes haviam sido obtidas por Jamal & Tan (2010) sugerindo que a mudança em direção a normas mais baseadas em princípios só resultará na melhoria da qualidade do relato financeiro se houver uma mudança simultânea na mentalidade dos auditores, no sentido de serem mais orientados por princípios, isto é, mais focados na substância económica da transação do que no estreito cumprimento da letra da lei.

³ A força do regime regulatório é uma métrica associada ao poder que a principal agência reguladora do país em análise exerce na fiscalização do processo de relato financeiro e de auditoria.

Estudos mais recentes baseiam-se numa classificação diferente das normas contabilísticas. Segundo Pinto & Morais (2018), é possível identificar normas mais precisas, isto é, mais baseadas em regras, e normas menos precisas, ou seja, mais baseadas em princípios. Esta classificação apoia-se numa abordagem contínua, da norma menos precisa para a mais precisa. O referido estudo evidencia que a maior precisão das normas conduz à divulgação de um número mais elevado de KAM. Tal facto pode dever-se à diminuição da disponibilidade do auditor para comunicar KAM sob normas menos precisas, uma vez que desconhece os resultados da sua eventual divulgação e pode argumentar que esta não era necessária.

Dado que a divulgação das KAM é condicionada pela natureza das normas contabilísticas e dado o contexto do presente estudo, importa referir que as normas aplicáveis no âmbito do *goodwill*, a IFRS 3 e a IAS 36, são mais baseadas em princípios. Esta ideia está presente na literatura (AbuGhazaleh et al., 2011; Cohen et al., 2013) e é corroborada por Donelson, McInnis & Mergenthaler (2012) que concluem que as IFRS, quando comparadas com o *United States Generally Accepted Accounting Principles* (US GAAP), são menos baseadas em regras e portanto mais baseadas em princípios. Esta posição é fundamentada na escala de Mergenthaler (2009) - *Rules-Based Continuum* (RBC) - indicador que mede a presença e a extensão de quatro características presentes nas normas baseadas em regras, permitindo avaliar se o US GAAP é mais baseado em regras ou em princípios. Seguindo este autor, Morais (2019) analisa e classifica as normas internacionais de contabilidade e conclui que a IFRS 3 e a IAS 36 são normas mais baseadas em princípios.

3.2. *Goodwill*

O facto da imparidade do *goodwill* ser uma das principais preocupações dos auditores no âmbito da divulgação das KAM (Pinto & Morais, 2018) e de diversos estudos salientarem a particular relevância económica deste ativo um pouco por todo o mundo, revelando que o rácio entre o *goodwill* e o ativo total das entidades ronda, em média, os 16% a 17%, (André et al., 2016; Glaum, Landsman & Wyrwa, 2018), justifica a análise da literatura sobre este assunto.

Em nome da convergência internacional, com a implementação da IFRS 3, o *goodwill* deixa de ser amortizado sistematicamente, para ser sujeito a testes de

imparidade, efetuados nos termos da IAS 36 (IASB, 2004). A IFRS 3 foi emitida com o objetivo de melhorar o tratamento contabilístico do *goodwill* e de permitir aos gestores fornecer informação mais útil e relevante aos utilizadores das DFs acerca ao valor económico deste ativo (AbuGhazaleh et al., 2011). No entanto, o regime de imparidade do *goodwill* tem sido amplamente criticado, não só pelo facto de ser mais dispendioso e complexo, em comparação com o regime de amortização, com também pelo facto de, dado o nível substancial de julgamento profissional que envolve, nomeadamente no cálculo de estimativas contabilísticas, poder ser utilizado com o intuito de alcançar os resultados desejados (Giner & Pardo, 2015; Schatt et al., 2016).

A este propósito, o IASB argumenta que o regime de imparidade do *goodwill* reflete melhor o valor económico subjacente a este ativo que o regime de amortização. Este argumento é corroborado por Chalmers et al. (2011), que provam que a associação entre os gastos com a diminuição de valor do *goodwill* (quer resultem de perdas por imparidade ou de amortizações, dependendo do regime em causa) e as oportunidades de investimento das empresas é mais forte no regime de imparidade do que no regime de amortização.

Contra esta posição, surgem diversos estudos que fundamentam as preocupações dos mais críticos com o facto da discricionariedade fornecida aos gestores pela IFRS 3 poder ser utilizada com motivações oportunistas. De acordo com Giner & Pardo (2015), o reconhecimento das perdas por imparidade e o montante pelo qual são registadas são influenciados por estratégias de gestão de resultados designadas por *Big Bath*, isto é, reconhecimento de perdas por imparidade em anos de maus resultados e por alisamento de resultados, ou seja, reconhecimento de perdas por imparidade para evitar resultados extraordinariamente elevados. Segundo os autores, ambas as situações evidenciam o comportamento pouco ético dos gestores. A par destas duas estratégias, outros estudos acrescentam a possibilidade de a imparidade do *goodwill* estar associada a mudanças recentes do CEO (*Chief Executive Officer*) (AbuGhazaleh et al., 2011; Kabir & Rahman, 2016; Glaum et al., 2018).

Ao analisar as variáveis que permitem aos gestores gerir o teste de imparidade do *goodwill*, fazendo uso da discricionariedade permitida pela IFRS 3, Avallone & Quagli (2015) provam que a diferença entre a taxa de crescimento de longo prazo utilizada nesse teste, estimada pelos gestores, e a estimativa da mesma taxa a partir de fontes externas publicamente disponíveis está negativamente associada ao montante de imparidade do

goodwill. Esta relação sugere que os gestores utilizam estimativas mais elevadas da taxa de crescimento de longo-prazo para gerir os resultados do teste de imparidade.

A literatura indica que a robustez dos sistemas de fiscalização públicos, isto é a existência de instituições que controlem a aplicação das normas nas áreas da contabilidade e da auditoria, pode mitigar o uso abusivo da discricionariedade no processo de tomada de decisão sobre a imparidade do *goodwill*. Segundo Glaum et al. (2018), entidades em países com níveis de fiscalização elevados tendem a responder atempadamente às diminuições do valor económico dos seus ativos, quando tomam decisões acerca da imparidade do *goodwill*, ao contrário de entidades em países com níveis de fiscalização baixos. Uma investigação de André et al. (2016), que não considera a robustez da fiscalização pública, mostra que a frequência das perdas por imparidade do *goodwill* reconhecidas é pequena em comparação com o número de entidades que apresentam evidências de imparidade: apenas 20% a 25% as reconhecem efetivamente. Este resultado é interpretado pela comunidade académica como um sinal de intempestividade no reconhecimento das perdas por imparidade do *goodwill*, situação menos provável no caso da existência de um sistema de fiscalização forte. Na presença de um sistema de fiscalização fraco, também as preocupações do CEO com a sua remuneração tendem a influenciar a decisão relativa à imparidade do *goodwill*, revelando-se mais disponível para orientar a decisão em benefício próprio (Glaum et al., 2018).

A remuneração do CEO, seja em dinheiro ou em instrumentos de capital próprio (ações ou opções), sofre uma redução significativa no seguimento do reconhecimento de perdas por imparidade do *goodwill*. Esta redução na remuneração, se for monetária, é significativamente mais forte em entidades que realizam aquisições de uma dimensão acima da média das realizadas no passado recente, daí decorrendo o reconhecimento deste ativo (Darrough, Guler & Wang, 2014). Os autores sugerem que os gestores irão sofrer um impacto negativo por aquisições que não maximizem o valor da entidade, desincentivando, por isso, a sua realização.

Sun (2016) destaca que o CEO desempenha um papel importante na prevenção e redução das perdas por imparidade do *goodwill*. Mostra que existe uma associação negativa entre a capacidade de gestão do CEO e a imparidade do *goodwill*, avançando que um CEO mais apto previne e reduz melhor as perdas por imparidade do *goodwill* do que um com menos competências. Como possível explicação para esta relação inversa,

aponta-se o facto de um CEO mais competente tomar melhores decisões de aquisição conducentes ao reconhecimento do *goodwill* o que, no futuro, justificará menores perdas por imparidade relacionadas com este ativo.

A par com fatores associados à entidade no reconhecimento de perdas por imparidade do *goodwill*, outros estudos mostram que o seu anúncio tem conteúdo informativo para os participantes no mercado. Li, Shroff, Venkataraman & Zhang (2011) concluem que, após o anúncio de perdas por imparidade do *goodwill*, tanto investidores como analistas financeiros reavaliam as suas expectativas em baixa. Defendem que a imparidade do *goodwill* está negativamente associada ao crescimento médio das vendas e ao crescimento do resultado operacional nos anos subsequentes, constituindo assim um indicador de declínio da rendibilidade futura da entidade. Outra análise mostra que o mercado de capitais reage negativamente a anúncios inesperados de perdas por imparidade do *goodwill*, o que confirma o valor informativo destes anúncios na revisão de expectativas dos investidores (Knauer & Wöhrmann, 2016).

3.3. O *Goodwill* como Matéria Relevante de Auditoria

Sendo o *goodwill* um ativo com um peso significativo no balanço das entidades (André et al., 2016; Glaum et al., 2018) e estando assente em estimativas contabilísticas é, por inerência, uma área de risco potencial, o que justifica o facto de ser uma das matérias mais frequentes na divulgação de KAM (Deloitte, 2017; KPMG, 2017a). Relatórios demonstram que os auditores tendem a comunicar mais KAM em áreas significativas para a entidade, tal como se verifica, por exemplo no sector bancário, na área dos instrumentos financeiros (KPMG, 2017b). Neste contexto, é expectável que, em entidades cujo valor do *goodwill* é elevado, o auditor tenda a identificar questões relacionadas com esta matéria como KAM no relatório de auditoria. Para além da relevância económica do *goodwill*, salientam-se, com maior importância, a rendibilidade e os mecanismos de *corporate governance* da entidade como fatores que poderão ter influência na divulgação de KAM sobre a imparidade do *goodwill*.

3.3.1. Rendibilidade

Avallone & Quagli (2015), à semelhança de Chalmers et al. (2011), apresentam a relevância do fator rendibilidade na decisão sobre a imparidade do *goodwill*, sugerindo

que existe uma associação negativa entre a rendibilidade das entidades e o reconhecimento das perdas por imparidade do *goodwill* e o montante pelo qual são registadas. Tal situação é consistente com a ideia de que entidades com maior rendibilidade têm menos motivos para reconhecer perdas por imparidade do *goodwill* e são menos propensas a fazê-lo (Chalmers et al., 2011).

Considerando este argumento, é expectável que o risco decorrente do cálculo de estimativas de imparidade do *goodwill*, no processo de determinação da quantia recuperável deste ativo, seja inferior em entidades com maior rendibilidade do que em entidades com menor rendibilidade. Assim, parece ser menos provável que o auditor considere a imparidade do *goodwill* como matéria relevante de auditoria no seu relatório em entidades com maior rendibilidade, pois parece não se afigurar um ponto crítico. Nesta linha, formula-se a seguinte hipótese:

H1: Os auditores têm menor tendência para divulgar a imparidade do goodwill como KAM em entidades com maior rendibilidade.

3.3.2. Mecanismos de corporate governance

A literatura aponta a contribuição da *corporate governance*, isto é, a forma como uma organização é dirigida e controlada, para mitigar o uso abusivo da discricionariedade nas decisões relativas à imparidade do *goodwill*. AbuGhazaleh et al. (2011) constataam que a imparidade do *goodwill* está fortemente associada à eficácia dos mecanismos de *corporate governance*, na medida em que mecanismos de controlo mais eficazes são mais propensos a restringir comportamentos oportunistas dos gestores, tornando-os mais propensos a transmitir informação privada sobre o desempenho da entidade, refletindo melhor a sua realidade económica. Na mesma linha, Kabir & Rahman (2016) evidenciam que mecanismos de *corporate governance* fortes aumentam a associação entre a imparidade do *goodwill* e indicadores económicos de imparidade, ou seja, mecanismos de *corporate governance* fortes contribuem para que o reconhecimento da imparidade seja mais baseado em fatores económicos do que noutros. Todavia, apuram que a existência de mecanismos de *corporate governance* fortes não elimina completamente o uso oportunista da discricionariedade na decisão dos gestores.

Considerando estes argumentos, é expectável que a avaliação da imparidade do *goodwill* baseada em fatores económicos envolva um menor nível de risco do que quando realizada com motivações oportunistas. Deste modo, parece ser menos provável que o auditor considere a imparidade do *goodwill* como KAM no relatório de auditoria em entidades com fortes mecanismos de *corporate governance*. Desta feita, formula-se a hipótese seguinte:

H2: Os auditores têm menor tendência para divulgar a imparidade do goodwill como KAM em entidades com fortes mecanismos de corporate governance.

Para além dos fatores anteriormente referidos existem outros que poderão afetar a divulgação de KAM sobre a imparidade do *goodwill*: a dimensão da entidade, o endividamento e o sector de atividade no qual se insere. Estes fatores, bem como a relevância económica do *goodwill*, serão utilizados adiante como variáveis de controlo. Primeiramente, dado o custo e a complexidade da execução dos testes de imparidade, entidades de maior dimensão são mais propensas a reconhecer perdas por imparidade do *goodwill*, e a fazê-lo em quantias superiores, comparativamente a entidades mais pequenas (Giner & Pardo, 2015). Existe também uma associação positiva entre a dimensão da entidade e o número de KAM divulgadas (Pinto & Morais, 2018). Assim sendo, prevê-se que em entidades de maiores dimensões os auditores tenham maior tendência para divulgar a imparidade do *goodwill* como KAM. Em segundo lugar, o endividamento apresenta-se nos estudos de Pinto & Morais (2018) e de Sierra-García et al. (2019) como um fator a considerar no número de KAM que os auditores reportam. Deste modo, espera-se verificar que entidades com maiores níveis de endividamento apresentem maior número de KAM divulgadas, incluindo KAM sobre a imparidade do *goodwill*. Por fim, o sector no qual a entidade opera é um fator determinante na divulgação de KAM relativas ao risco inerente a contas específicas das DFs, nomeadamente na imparidade de ativos (Sierra-García et al., 2019). Desta forma, antecipa-se que o sector em que a entidade auditada se insere afete a decisão do auditor na divulgação da imparidade do *goodwill* como KAM.

4. Amostra e Metodologia

4.1. Descrição da Amostra

A amostra do presente estudo é constituída por entidades cotadas constantes nos índices bolsistas da Alemanha - DAX 30 -, Bélgica - BEL 20 -, Espanha - IBEX 35 -, França – CAC 40 -, Holanda - AEX - e Portugal - PSI 20 -, no final do ano fiscal de 2017. Esta escolha justifica-se pela intenção de selecionar as mais relevantes entidades de interesse público de diversos países, considerando tanto realidades que já adotavam conceitos semelhantes às KAM antes da sua aplicação obrigatória, França e Holanda, como realidades em que tal procedimento só se iniciou após a sua obrigatoriedade, restantes países. A seleção do período amostral teve por base os dados mais atuais disponíveis à data da elaboração do estudo. Esta amostra é limitada a entidades cujo valor de *goodwill* é significativo, isto é, cujo rácio entre o *goodwill* e o ativo total é maior do que 2%, numa base de materialidade. Das 168 observações iniciais foram eliminadas da amostra oito por apresentarem um ano fiscal diferente do ano civil e duas por se encontrarem num processo de fusão durante o período em análise, o que resulta em 158 observações. Com a aplicação da restrição da amostra a entidades com valores significativos de *goodwill* permaneceram 100 observações. De seguida, foram eliminadas duas observações por se encontrarem em duplicado, dado que existem entidades presentes em mais do que um índice bolsista, e cinco observações relativas a entidades que não possuem comissão de auditoria, o que resulta na impossibilidade do cálculo do índice de *corporate governance*, que será explicitado adiante. Por fim, foi eliminada uma observação por constituir um *outlier* da variável relativa à dimensão das entidades. Deste modo, a amostra final é de 92 observações.

A informação relativa ao valor do *goodwill* a 31 de dezembro de 2017 e a referente às KAM sobre a imparidade do *goodwill* divulgadas pelo auditor no relatório de auditoria referente ao ano fiscal de 2017, bem como a informação necessária para a construção do índice de *corporate governance* foram recolhidas manualmente com recurso aos relatórios e contas das entidades em estudo do referido período, disponíveis nos seus *websites*. Desta feita a dimensão da amostra recolhida é condicionada por este método de recolha de dados. Os valores expressos em moeda diferente do euro foram convertidos com recurso às taxas de câmbio mais próximas do final do ano fiscal, no caso 29 de

dezembro de 2017. Por seu turno, os dados relativos ao ativo total, resultado operacional, passivo total, e sector de atividade foram obtidos com recurso à base de dados *Datastream*.

A Tabela I apresenta a composição da amostra por país, onde a França surge com maior representatividade, com 30,43% das observações, seguida da Alemanha com 20,65%. Com a menor representatividade apresenta-se Portugal, com 5,43%.

TABELA I – COMPOSIÇÃO DA AMOSTRA POR PAÍS

País	Número de Observações (Obs.)	Percentagem
Alemanha	19	20,65%
Bélgica	12	13,04%
Espanha	14	15,22%
França	28	30,43%
Holanda	14	15,22%
Portugal	5	5,43%
Total	92	100,00%

A Tabela II contém a composição da amostra por sector de atividade. Neste âmbito, destacam-se dois sectores: bens consumíveis e industrial, por apresentarem, cada, 16,30% das observações, afirmando-se como os sectores com maior representatividade na amostra. Na posição oposta, encontra-se o sector financeiro com 6,52% das observações.

TABELA II - COMPOSIÇÃO DA AMOSTRA POR SECTOR

Sector	Obs.	Percentagem
<i>BensC</i> - Bens Consumíveis	15	16,30%
<i>Fin</i> - Financeiro	6	6,52%
<i>Ind</i> - Industrial	15	16,30%
<i>MP</i> - Matéria-prima	10	10,87%
<i>Saú</i> - Saúde	8	8,70%
<i>ServC</i> - Serviços Consumíveis	14	15,22%
<i>TT</i> - Tecnologia e Telecomunicações	13	14,13%
<i>UPG</i> - <i>Utilities</i> , Petróleo e Gás	11	11,96%
Total	92	100,00%

4.2. Metodologia

Com base na revisão de literatura anteriormente apresentada e a fim de avaliar o impacto da rendibilidade e dos mecanismos de *corporate governance* na decisão do auditor de identificar a imparidade do *goodwill* como KAM, no relatório de auditoria, utiliza-se o seguinte modelo econométrico (Equação 1):

$$(1) \quad KAM_GW_i = \beta_0 + \beta_1 Rend_i + \beta_2 CG_i + \beta_3 Dim_i + \beta_4 Dim_GW_i + \beta_5 End_i + \beta_j Sector_i + \varepsilon_i$$

(i = 1, ..., n)
(j = 6, ..., 12)

A variável dependente, *KAM_GW*, é uma variável binária que toma o valor de 1, se o auditor tiver identificado a imparidade do *goodwill* como KAM no relatório de auditoria referente ao período de 2017 e 0, caso contrário.

Relativamente às variáveis independentes, *Rend* representa a rentabilidade do ativo da entidade a 31 de dezembro de 2017, e resulta do quociente entre o resultado operacional e o ativo total (Avallone & Quagli, 2015). *CG* representa o nível de *corporate governance* da entidade e é medida com recurso ao índice desenvolvido por Kabir & Rahman (2016), devidamente adaptado. Na sua investigação, os autores concebem um índice que assume o valor de 1 se: mais de dois terços dos membros do conselho de administração forem independentes; mais de dois terços dos membros da comissão de auditoria forem independentes⁴; a entidade for auditada por uma *Big Four*; pelo menos um dos membros da comissão de auditoria for contabilista; o número de reuniões da comissão de auditoria estiver acima da mediana da amostra e não se verificar a acumulação do cargo de presidente e de CEO pela mesma pessoa. Este índice pode tomar valores entre 0 e 6, inclusive em ambos os casos, sendo que 0 representa o nível de *corporate governance* mais fraco e 6, o nível de *corporate governance* mais forte. Uma entidade com um índice de 0 não possui nenhum dos atributos de *corporate governance* anteriormente mencionados. Por outro lado, uma entidade com um índice de 6 possui todos os atributos mencionados. Em face do modo como a informação se encontra disponibilizada nos relatórios e contas das entidades em análise, torna-se difícil compreender se os membros da comissão de auditoria de algumas entidades são contabilistas certificados ou se exercem esta função por força da sua experiência profissional na área, distinção importante para a construção do referido índice. Portanto, com o intuito de evitar a subjetividade no tratamento deste aspeto, não se considera esta

⁴ Para o cálculo das percentagens de independência, tanto do conselho de administração como da comissão de auditoria foram tidos em consideração os critérios de independência dos diversos países e não foram considerados os representantes dos trabalhadores, quando presentes no conselho de administração e/ou na comissão de auditoria, tal como recomendado pelo Código AFEP-MEDEF (*Association Française des Entreprises Privées - Mouvement des Entreprises de France*), código desenvolvido por dois organismos franceses sobre os mecanismos de *corporate governance* para entidades cotadas.

componente do índice de Kabir & Rahman (2016). Assim sendo, o índice utilizado no presente estudo é composto por todos os elementos do índice original de Kabir & Rahman (2016), exceto o de pelo menos um dos membros da comissão de auditoria ser contabilista, pelo que apenas poderá assumir valores entre 0 e 5, inclusive.

Para controlar o efeito de outros fatores na divulgação, por parte do auditor, da imparidade do *goodwill* como KAM são utilizadas diversas variáveis de controlo. *Dim*, frequentemente utilizada na literatura para controlar a dimensão das entidades em estudo, é medida pelo logaritmo natural do ativo total da entidade a 31 de dezembro de 2017 (Chalmers et al., 2011; Avallone & Quagli, 2015; Giner & Pardo, 2015; Glaum et al., 2018). *Dim_GW* representa a dimensão do *goodwill* e é medida pelo quociente entre o *goodwill* e o ativo total, ambos a 31 de dezembro de 2017. *End* representa o nível de endividamento da entidade e resulta do rácio entre o passivo total e o ativo total, ambos a 31 de dezembro de 2017 (Kabir & Rahman, 2016). Por fim, é ainda incorporado no modelo um conjunto de variáveis binárias *BensC*, *Fin*, *Ind*, *MP*, *ServC*, *TT* e *UPG* que tomam o valor de 1, se a entidade operar no sector: bens consumíveis, financeiro, industrial, matéria-prima, serviços consumíveis, tecnologia e telecomunicações e *utilities*, petróleo e gás, respetivamente, e 0, caso contrário. A classificação das entidades por sector de atividade utilizada no estudo tem por base o *Industrial Classification Benchmark Code* (Thomson Reuters, 2015), adaptado à luz de Sierra-García et al. (2019)⁵, resultando numa classificação constituída por oito categorias. De referir que, com o intuito de evitar a existência de multicolinearidade dos dados, apenas são introduzidas no modelo econométrico sete variáveis binárias referentes ao sector, tendo sido omitido o sector da saúde.

Posto isto e dado que a variável dependente do modelo é uma variável binária surgem como principais modelos a utilizar o modelo *logit* e o modelo *probit*. Para seleccionar a melhor opção é comum analisar a percentagem de previsões corretas produzidas por cada modelo. Neste caso, o modelo *logit* possui uma percentagem de previsões corretas de 89,13% (Figura 1, em Anexo 1) e o modelo *probit* de 88,04%

⁵O *Industrial Classification Benchmark Code* divide e classifica as entidades em dez sectores de atividade. No presente estudo, seguindo Sierra-García et al. (2019), para a classificação das entidades por sector, a categoria tecnologia é agregada à categoria telecomunicações e a categoria *utilities* é agregada à categoria petróleo e gás, sendo, portanto, utilizada uma classificação com oito categorias.

(Figura 2, em Anexo 2), concluindo-se, portanto, que o primeiro é a melhor opção, pelo que será o utilizado no presente estudo.

Importa ressaltar que o modelo *logit* possui por natureza heteroscedasticidade, uma vez que os dados binários que lhe estão subjacentes são sempre heteroscedásticos, não sendo, por isso, necessário testar a sua existência. No que se refere ao teste à forma funcional do modelo, não se rejeita a hipótese nula de correta especificação do mesmo, concluindo-se que o modelo tem forma funcional adequada.

5. Resultados Empíricos

No capítulo que se segue é apresentada a análise estatística e econométrica dos dados elaborada com recurso aos programas *Microsoft Excel* e *STATA*.

5.1. Estatística Descritiva

Com recurso à Tabela III, referente à estatística descritiva das variáveis em análise, constata-se que em 86,96% das entidades a imparidade do *goodwill* é identificada, pelo auditor, como matéria relevante de auditoria.

No que concerne às variáveis explicativas, verifica-se que as entidades com níveis significativos de *goodwill*, presentes nos índices bolsistas da Alemanha, Bélgica, Espanha, França, Holanda e Portugal apresentam, em média, uma rendibilidade do ativo de 7,20% e um índice de *corporate governance* de cerca de 3,14.

Relativamente às variáveis de controlo, constata-se que a dimensão média das entidades em estudo é de 22 412 843 454,52 euros ($e^{23,8329}$) e que a dimensão da rubrica *goodwill* é, em média, de 22,09% do total do ativo. Por sua vez, o nível de endividamento das referidas entidades é, em média, de 60,86%. De referir que os valores relativos à média de cada uma das variáveis referentes ao sector de atividade dizem respeito ao peso relativo de cada um desses sectores na amostra, assunto anteriormente analisado.

TABELA III - ESTATÍSTICA DESCRITIVA

Variável	Obs.	Média	Mediana	Desvio-padrão	Mínimo	Máximo
<i>KAM_GW</i>	92	0,8696	1	0,3386	0	1
<i>Rend</i>	92	0,0720	0,0702	0,0475	-0,1136	0,2502
<i>CG</i>	92	3,1413	3	1,0439	1	5
<i>Dim</i>	92	23,8329	23,9794	1,2296	20,7184	26,7452
<i>Dim_GW</i>	92	0,2209	0,2077	0,1483	0,0205	0,5754
<i>End</i>	92	0,6086	0,5985	0,1596	0,2063	1,2092

Variáveis – *KAM_GW*: assume o valor de 1, se o auditor divulgar a imparidade do *goodwill* como KAM e 0, caso contrário; *Rend*: quociente entre o resultado operacional e o ativo total; *CG*: toma o valor de 1 se: mais de dois terços dos membros do conselho de administração forem independentes; mais de dois terços dos membros da comissão de auditoria forem independentes; a entidade for auditada por uma *Big Four*; o número de reuniões da comissão de auditoria estiver acima da mediana da amostra e não se verificar a acumulação do cargo de presidente e de CEO pela mesma pessoa; *Dim*: logaritmo natural do ativo total; *Dim_GW*: rácio entre o *goodwill* e o ativo total; *End*: quociente entre o passivo total e o ativo total.

Para uma análise mais detalhada das variáveis por sector de atividade, a Tabela IV apresenta uma medida de estatística descritiva por sector, a média. Com recurso à referida tabela é possível constatar que é no sector da saúde que a proporção de entidades com KAM sobre a imparidade do *goodwill* é mais elevada, verificando-se em 100% das entidades, e que é no sector dos serviços consumíveis que esta proporção é mais reduzida, ocorrendo em cerca de 79% das entidades. O sector dos bens consumíveis apresenta, em termos médios, o nível mais elevado de rendibilidade, 9,84%, enquanto o sector financeiro apresenta, em média, o nível mais reduzido, 2,52%. Por fim, o sector *utilities*, petróleo e gás destaca-se por ser, em termos médios, o sector com mecanismos de *corporate governance* mais fortes, apresentando um índice médio de 3,91, e o sector dos serviços consumíveis por ser, em média, o sector com mecanismos de *corporate governance* mais fracos, registando um índice médio de 2,64.

TABELA IV - ESTATÍSTICA DESCRITIVA POR SECTOR DE ATIVIDADE

Sector	Obs.	Média					
		<i>KAM_GW</i>	<i>Rend</i>	<i>CG</i>	<i>Dim</i>	<i>Dim_GW</i>	<i>End</i>
<i>BensC</i>	15	0,8667	0,0984	2,9333	24,2349	0,2551	0,6025
<i>Fin</i>	6	0,8333	0,0252	2,8333	24,0168	0,0449	0,6330
<i>Ind</i>	15	0,8667	0,0620	3,0667	23,6188	0,2271	0,6110
<i>MP</i>	10	0,9000	0,0895	3,4000	23,3638	0,1482	0,5340
<i>Saú</i>	8	1	0,0844	3,6250	24,1290	0,4117	0,5149
<i>ServC</i>	14	0,7857	0,0720	2,6429	23,1794	0,2333	0,6546
<i>TT</i>	13	0,8462	0,0856	3	23,5993	0,2755	0,6377
<i>UPG</i>	11	0,9091	0,0337	3,9091	24,7950	0,1086	0,6433
Total	92						

Variáveis – *KAM_GW*: assume o valor de 1, se o auditor divulgar a imparidade do *goodwill* como *KAM* e 0, caso contrário; *Rend*: quociente entre o resultado operacional e o ativo total; *CG*: toma o valor de 1 se: mais de dois terços dos membros do conselho de administração forem independentes; mais de dois terços dos membros da comissão de auditoria forem independentes; a entidade for auditada por uma *Big Four*; o número de reuniões da comissão de auditoria estiver acima da mediana da amostra e não se verificar a acumulação do cargo de presidente e de CEO pela mesma pessoa; *Dim*: logaritmo natural do ativo total; *Dim_GW*: rácio entre o *goodwill* e o ativo total; *End*: quociente entre o passivo total e o ativo total; *BensC*, *Fin*, *Ind*, *MP*, *Saú*, *ServC*, *TT*, *UPG*: variáveis binárias que assumem o valor de 1, se a entidade operar no sector bens consumíveis, financeiro, industrial, matéria-prima, saúde, serviços consumíveis, tecnologia e telecomunicações e *utilities*, petróleo e gás, respetivamente, e 0, caso contrário.

5.2. Matriz de Correlação de Pearson

A Tabela V apresenta a matriz de correlação de *Pearson* para as variáveis dependente e independentes utilizadas para testar as hipóteses previamente formuladas. No primeiro caso, os valores obtidos permitem verificar a existência de uma correlação negativa e estatisticamente significativa entre as variáveis *Rend* e *KAM_GW* ($r_{Rend,KAM_GW} = -0,261$ para um nível de significância de 5%), bem como a presença de uma correlação positiva e estatisticamente significativa entre as variáveis *Dim* e *KAM_GW* ($r_{Dim,KAM_GW} = 0,201$ a 10% de significância).

TABELA V – MATRIZ DE CORRELAÇÃO DE PEARSON

	<i>KAM_GW</i>	<i>Rend</i>	<i>CG</i>	<i>Dim</i>	<i>Dim_GW</i>	<i>End</i>	<i>BensC</i>	<i>Fin</i>	<i>Ind</i>	<i>MP</i>	<i>Saú</i>	<i>ServC</i>	<i>TT</i>	<i>UPG</i>
<i>KAM_GW</i>	1,000													
<i>Rend</i>	-0,261**	1,000												
<i>CG</i>	-0,103	-0,032	1,000											
<i>Dim</i>	0,201*	-0,238**	0,155	1,000										
<i>Dim_GW</i>	0,097	0,350***	0,188*	-0,144	1,000									
<i>End</i>	-0,019	-0,361***	0,005	0,215**	-0,183*	1,000								
<i>BensC</i>	-0,004	0,247**	-0,088	0,145	0,102	-0,017	1,000							
<i>Fin</i>	-0,028	-0,261**	-0,078	0,040	-0,315***	0,041	-0,117	1,000						
<i>Ind</i>	-0,004	-0,093	-0,032	-0,077	0,019	0,007	-0,195*	-0,117	1,000					
<i>MP</i>	0,032	0,130	0,087	-0,134	-0,172	-0,164	-0,154	-0,092	-0,154	1,000				
<i>Saú</i>	0,120	0,081	0,144	0,075	0,399***	-0,182*	-0,136	-0,082	-0,136	-0,108	1,000			
<i>ServC</i>	-0,106	0,001	-0,203*	-0,226**	0,036	0,123	-0,187*	-0,112	-0,187*	-0,148	-0,131	1,000		
<i>TT</i>	-0,028	0,117	-0,055	-0,078	0,150	0,074	-0,179*	-0,107	-0,179*	-0,142	-0,125	-0,172	1,000	
<i>UPG</i>	0,043	-0,299***	0,273***	0,290***	-0,281***	0,081	-0,163	-0,097	-0,163	-0,129	-0,114	-0,156	-0,150	1,000

Variáveis – *KAM_GW*: assume o valor de 1, se o auditor divulgar a imparidade do *goodwill* como KAM e 0, caso contrário; *Rend*: quociente entre o resultado operacional e o ativo total; *CG*: toma o valor de 1 se: mais de dois terços dos membros do conselho de administração forem independentes; mais de dois terços dos membros da comissão de auditoria forem independentes; a entidade for auditada por uma *Big Four*; o número de reuniões da comissão de auditoria estiver acima da mediana da amostra e não se verificar a acumulação do cargo de presidente e de CEO pela mesma pessoa; *Dim*: logaritmo natural do ativo total; *Dim_GW*: rácio entre o *goodwill* e o ativo total; *End*: quociente entre o passivo total e o ativo total; *BensC*, *Fin*, *Ind*, *MP*, *Saú*, *ServC*, *TT*, *UPG*: variáveis binárias que assumem o valor de 1, se a entidade operar no sector bens consumíveis, financeiro, industrial, matéria-prima, saúde, serviços consumíveis, tecnologia e telecomunicações e *utilities*, petróleo e gás, respetivamente, e 0, caso contrário.

*** Nível de significância a 1%; ** Nível de significância a 5%; * Nível de significância a 10%.

No segundo caso, é possível verificar que o grau de associação linear entre as variáveis explicativas é reduzido, sendo de destacar as correlações negativas e estatisticamente significativas entre *End* e *Rend* ($r_{End,Rend} = -0,361$) e *Fin* e *Dim_GW* ($r_{Fin,Dim_GW} = -0,315$) e ainda a correlação positiva e estatisticamente significativa entre *Dim_GW* e *Rend* ($r_{Dim_GW,Rend} = 0,350$) e entre *Saú* e *Dim_GW* ($r_{Saú,Dim_GW} = 0,399$), por apresentarem os coeficientes de correlação mais elevados, para um nível de significância de 1%. A fraca correlação entre as variáveis independentes demonstrada na Tabela V aponta para a inexistência de colinearidade entre as variáveis. Neste sentido, testa-se a hipótese de existência de multicolinearidade com recurso ao *Variance Inflation Factor* (VIF), Tabela VI. Dado que os valores obtidos se encontram abaixo de 10, limite sugerido por Hair, Black, Babin & Anderson (2014), rejeita-se a existência de multicolinearidade entre as variáveis independentes, isto é, rejeita-se a existência de relações lineares exatas entre as mesmas. Assim, as variáveis podem ser incluídas conjuntamente no modelo.

TABELA VI - *VARIANCE INFLATION FACTOR*

Variável	VIF	1/VIF
<i>UPG</i>	2,96	0,3381
<i>ServC</i>	2,94	0,3401
<i>Ind</i>	2,85	0,3504
<i>BensC</i>	2,78	0,3599
<i>MP</i>	2,64	0,3786
<i>TT</i>	2,58	0,3874
<i>Fin</i>	2,30	0,4355
<i>Dim_GW</i>	1,85	0,5406
<i>Rend</i>	1,57	0,6372
<i>Dim</i>	1,32	0,7551
<i>End</i>	1,31	0,7652
<i>CG</i>	1,30	0,7709
VIF médio	2,20	

5.3. *Análise dos Resultados*

A Tabela VII apresenta os resultados do modelo *logit*, estimados pelo método da máxima verosimilhança, no sentido de determinar quais os fatores que influenciam a decisão do auditor de comunicar a imparidade do *goodwill* como KAM.

TABELA VII – RESULTADOS DO MODELO *LOGIT*

Variável	Coefficiente	Sinal Esperado	Coefficiente	Valor-p
Constante	β_0	?	1,6048	0,999
<i>Rend</i>	β_1	-	-25,2828**	0,011
<i>CG</i>	β_2	-	-1,0869**	0,037
<i>Dim</i>	β_3	+	0,8401*	0,053
<i>Dim_GW</i>	β_4	+	8,7887**	0,034
<i>End</i>	β_5	+	-3,5946	0,157
<i>BensC</i>	β_6	?	-12,8841	0,994
<i>Fin</i>	β_7	?	-13,7926	0,994
<i>Ind</i>	β_8	?	-13,8134	0,994
<i>MP</i>	β_9	?	-10,8805	0,995
<i>ServC</i>	β_{10}	?	-13,9801	0,994
<i>TT</i>	β_{11}	?	-13,7339	0,994
<i>UPG</i>	β_{12}	?	-13,3975	0,994
Número de Observações				92
Pseudo R ²				0,3085
Teste LR				21,98
Valor-p				0,0378

Variáveis – *Rend*: quociente entre o resultado operacional e o ativo total; *CG*: toma o valor de 1 se: mais de dois terços dos membros do conselho de administração forem independentes; mais de dois terços dos membros da comissão de auditoria forem independentes; a entidade for auditada por uma *Big Four*; o número de reuniões da comissão de auditoria estiver acima da mediana da amostra e não se verificar a acumulação do cargo de presidente e de CEO pela mesma pessoa; *Dim*: logaritmo natural do ativo total; *Dim_GW*: rácio entre o *goodwill* e o ativo total; *End*: quociente entre o passivo total e o ativo total; *BensC*, *Fin*, *Ind*, *MP*, *ServC*, *TT*, *UPG*: variáveis binárias que assumem o valor de 1, se a entidade operar no sector bens consumíveis, financeiro, industrial, matéria-prima, serviços consumíveis, tecnologia e telecomunicações e *utilities*, petróleo e gás, respetivamente, e 0, caso contrário.

** Nível de significância a 5%;* Nível de significância a 10%.

Em primeiro lugar, importa analisar a significância global dos regressores de forma a compreender se os seus coeficientes são estatisticamente significativos no seu conjunto para explicar a variável de interesse, *KAM_GW*. Para tal, deve considerar-se o valor-p do modelo (valor-p=0,0378). De acordo com o resultado do teste LR, para uma dimensão de teste de 5%, a hipótese da nulidade global dos coeficientes é rejeitada e conclui-se que as variáveis são globalmente significativas para explicar a variável *KAM_GW*.

De um modo geral, constata-se que, de acordo com teste de *Wald*, as variáveis *Rend*, *CG*, *Dim* e *Dim_GW* são estatisticamente significativas a nível individual (a 5% ou a 10% de significância) e que a variável *End* e todas as variáveis binárias referentes ao sector de atividade no qual as entidades se inserem não são estatisticamente significativas individualmente, não sendo por isso estatisticamente relevantes para explicar a decisão do auditor de comunicar a imparidade do *goodwill* como *KAM*.

Mais concretamente, no âmbito da primeira hipótese em análise, é possível identificar uma associação negativa e estatisticamente significativa com 95% de

confiança entre a rendibilidade de uma entidade ($\beta_1=-25,2828$) e a decisão do auditor de divulgar a imparidade do *goodwill* como KAM. Tal facto permite validar a primeira hipótese, segundo a qual os auditores tendem a divulgar menos a imparidade do *goodwill* como KAM em entidades com maior rendibilidade. Tal relação está de acordo com o esperado e com a literatura, dado que entidades com maior rendibilidade são menos propensas a reconhecer perdas por imparidade do *goodwill* e têm menos motivos para o fazer (Chalmers et al., 2011; Avallone & Quagli, 2015). De facto, em entidades com maior rendibilidade existe uma menor tendência para a ocorrência de eventos dos quais resulte a necessidade de reconhecimento de perdas por imparidade do *goodwill* (Chalmers et al., 2011). Face aos resultados obtidos intui-se que o risco associado ao processo de cálculo e reconhecimento de perdas por imparidade do *goodwill* é inferior neste tipo de entidades, o que justifica a menor tendência do auditor para comunicar a imparidade do *goodwill* como KAM.

Em relação à segunda hipótese em estudo, observa-se que o coeficiente do índice de *corporate governance* ($\beta_2=-1,0869$) é negativo e estatisticamente significativo para uma dimensão de teste de 5%. Esta relação valida a referida hipótese de acordo com a qual os auditores tendem a divulgar menos a imparidade do *goodwill* como KAM em entidades com mecanismos de *corporate governance* mais fortes. Tal resultado é consistente com a literatura que evidencia que é em entidades com mecanismos de *corporate governance* mais fortes que o reconhecimento de perdas por imparidade do *goodwill* está mais associado a fatores económicos, espelhando melhor a realidade económica da entidade, ao invés de ter por base motivações oportunistas dos gestores (AbuGhazaleh et al., 2011; Kabir & Rahman, 2016). Assim, constata-se que neste tipo de entidades o risco inerente à determinação do valor das perdas por imparidade do *goodwill* é inferior, dado o forte controlo exercido a nível interno, e, portanto, que o auditor tem menor tendência para identificar a imparidade do *goodwill* como KAM.

No âmbito das variáveis de controlo, foi encontrada uma relação positiva e estatisticamente significativa, a um nível de significância de 10%, entre a decisão do auditor de comunicar a KAM relativa à imparidade do *goodwill* e a dimensão da entidade ($\beta_3=0,8401$). De modo semelhante, o coeficiente referente ao peso relativo do *goodwill* nas DFs ($\beta_4=8,7887$) apresenta um coeficiente positivo e estatisticamente significativo para uma dimensão de teste de 5%. Deste modo, parece possível afirmar que perante entidades de maior dimensão ou com maior peso relativo do *goodwill* nas suas DFs, o auditor tem maior tendência para identificar a imparidade do *goodwill* como KAM.

5.4. *Análise Adicional e de Robustez*

Com o intuito de aprofundar a análise sobre a influência dos mecanismos de *corporate governance* na decisão do auditor de comunicar a imparidade do *goodwill* como KAM, estima-se novamente o modelo anterior decompondo a variável *CG*. Desta feita, são incluídas no modelo quatro novas variáveis binárias: *Ind_CA* relativa à independência do conselho de administração, que toma o valor de 1, se mais de dois terços dos membros do conselho de administração forem independentes e 0, caso contrário; *Ind_aud*, indicador de independência da comissão de auditoria, toma o valor de 1, se mais de dois terços dos membros da comissão de auditoria forem independentes e 0, caso contrário; *Reú*, respeitante à frequência das reuniões realizadas pela comissão de auditoria, toma o valor de 1, se o número de reuniões da comissão de auditoria for superior à mediana da amostra e 0, caso contrário; e, por fim, *Dual* referente à ausência de dualidade de funções do CEO, toma o valor de 1, se o CEO não for o presidente do conselho de administração e 0, caso contrário. Importa referir que não foi incluída no modelo nenhuma variável referente à realização da auditoria por uma *Big Four*, contrariamente ao efetuado para a construção do índice de *corporate governance*, com o objetivo de evitar problemas de multicolinearidade dos dados, dado que todas as entidades da amostra são auditadas por uma *Big Four*. À semelhança do observado com a variável *CG*, espera-se que também as suas componentes apresentem uma relação negativa com a decisão do auditor de divulgar a imparidade do *goodwill* como KAM.

Como é possível verificar através da análise da Tabela VIII, de modo geral, as conclusões permanecem inalteradas, exceto no caso da variável *Dim*, que perde a significância estatística. No âmbito das variáveis que compõem o índice de *corporate governance*, constata-se que todas são estatisticamente significativas a 5% ou a 10%, à exceção de *Ind_aud*. As associações negativas encontradas entre a *KAM_GW* e a independência do conselho de administração ($\beta_2 = -2,4260$), a frequência das reuniões da comissão de auditoria ($\beta_4 = -3,1013$) e a ausência de dualidade de funções do CEO ($\beta_5 = -3,3694$) denotam que, perante uma entidade com estas características, o auditor terá menor tendência para comunicar a imparidade do *goodwill* como KAM.

TABELA VIII – RESULTADOS DO MODELO *LOGIT*: DECOMPOSIÇÃO DA VARIÁVEL *CG*

Variável	Coefficiente	Sinal Esperado	Coefficiente	Valor-p
Constante	β_0	?	8,2520	0,997
<i>Rend</i>	β_1	-	-40,2081***	0,005
<i>Ind_CA</i>	β_2	-	-2,4260*	0,059
<i>Ind_aud</i>	β_3	-	1,9226	0,168
<i>Reú</i>	β_4	-	-3,1013**	0,014
<i>Dual</i>	β_5	-	-3,3694*	0,056
<i>Dim</i>	β_6	+	0,5829	0,209
<i>Dim_GW</i>	β_7	+	11,2628**	0,024
<i>End</i>	β_8	+	-2,9456	0,295
<i>BensC</i>	β_9	?	-11,5654	0,996
<i>Fin</i>	β_{10}	?	-14,3338	0,995
<i>Ind</i>	β_{11}	?	-13,4601	0,996
<i>MP</i>	β_{12}	?	-10,1571	0,997
<i>ServC</i>	β_{13}	?	-14,2157	0,995
<i>TT</i>	β_{14}	?	-13,4853	0,996
<i>UPG</i>	β_{15}	?	-13,0754	0,996
Número de Observações				92
Pseudo R ²				0,4259
Teste LR				30,34
Valor-p				0,0107

Variáveis – *Rend*: quociente entre o resultado operacional e o ativo total; *Ind_CA*: toma o valor de 1, se mais de dois terços dos membros do conselho de administração forem independentes e 0, caso contrário; *Ind_aud*: assume o valor de 1, se mais de dois terços dos membros da comissão de auditoria forem independentes e 0, caso contrário; *Reú*: toma o valor de 1, se o número de reuniões da comissão de auditoria estiver acima da mediana da amostra e 0, caso contrário; *Dual*: assume o valor de 1, se não se verificar a acumulação do cargo de presidente e de CEO pela mesma pessoa e 0, caso contrário; *Dim*: logaritmo natural do ativo total; *Dim_GW*: rácio entre o *goodwill* e o ativo total; *End*: quociente entre o passivo total e o ativo total; *BensC*, *Fin*, *Ind*, *MP*, *ServC*, *TT*, *UPG*: variáveis binárias que assumem o valor de 1, se a entidade operar no sector bens consumíveis, financeiro, industrial, matéria-prima, serviços consumíveis, tecnologia e telecomunicações e *utilities*, petróleo e gás, respetivamente, e 0, caso contrário.

*** Nível de significância a 1%; ** Nível de significância a 5%;* Nível de significância a 10%.

Adicionalmente, averigua-se a possível influência dos mecanismos de *corporate governance* na decisão do auditor de identificar a imparidade do *goodwill* como KAM, quando o *goodwill* possui um peso significativo nas DFs da entidade. Para tal, é incluída no modelo uma nova variável, $CG * Dim_GW$, que resulta do produto entre as variáveis *CG* e *Dim_GW*. Pelo facto da associação entre estas variáveis e *KAM_GW* apresentarem tendências opostas, não se afigura claro o sentido da relação entre $CG * Dim_GW$ e *KAM_GW*.

Os resultados do modelo, apresentados na Tabela IX, revelam que as conclusões a retirar não se alteram, à exceção do que respeita à significância estatística de *Dim_GW*, variável, agora, estatisticamente não significativa. O sinal positivo do coeficiente de

$CG*Dim_GW$ ($\beta_3=8,0196$), a um nível de significância de 5%, sugere que, quando o peso do *goodwill* nas DFs é significativo e os mecanismos de *corporate governance* são fortes, o auditor tem maior tendência para identificar a imparidade do *goodwill* como KAM, o que demonstra o valor da relevância económica do *goodwill* na tomada desta decisão, mesmo numa entidade com fortes mecanismos de *corporate governance*.

TABELA IX – RESULTADOS DO MODELO *LOGIT*: INTERAÇÃO ENTRE AS VARIÁVEIS *CG* E *DIM_GW*

Variável	Coefficiente	Sinal Esperado	Coefficiente	Valor-p
Constante	β_0	?	7,5112	0,998
<i>Rend</i>	β_1	-	-28,4765***	0,007
<i>CG</i>	β_2	-	-2,7219***	0,006
$CG*Dim_GW$	β_3	?	8,0196**	0,037
<i>Dim</i>	β_4	+	0,8415*	0,058
<i>Dim_GW</i>	β_5	+	-18,6500	0,149
<i>End</i>	β_6	+	-2,8720	0,258
<i>BensC</i>	β_7	?	-13,5125	0,996
<i>Fin</i>	β_8	?	-14,0977	0,996
<i>Ind</i>	β_9	?	-14,4860	0,996
<i>MP</i>	β_{10}	?	-10,8804	0,997
<i>ServC</i>	β_{11}	?	-14,6727	0,996
<i>TT</i>	β_{12}	?	-14,3031	0,996
<i>UPG</i>	β_{13}	?	-13,3122	0,996
Número de Observações				92
Pseudo R ²				0,3816
Teste LR				27,19
Valor-p				0,0117
Variáveis – <i>Rend</i> : quociente entre o resultado operacional e o ativo total; <i>CG</i> : toma o valor de 1 se: mais de dois terços dos membros do conselho de administração forem independentes; mais de dois terços dos membros da comissão de auditoria forem independentes; a entidade for auditada por uma <i>Big Four</i> ; o número de reuniões da comissão de auditoria estiver acima da mediana da amostra e não se verificar a acumulação do cargo de presidente e de CEO pela mesma pessoa; $CG*Dim_GW$: produto entre as variáveis <i>CG</i> e <i>Dim_GW</i> ; <i>Dim</i> : logaritmo natural do ativo total; <i>Dim_GW</i> : rácio entre o <i>goodwill</i> e o ativo total; <i>End</i> : quociente entre o passivo total e o ativo total; <i>BensC</i> , <i>Fin</i> , <i>Ind</i> , <i>MP</i> , <i>ServC</i> , <i>TT</i> , <i>UPG</i> : variáveis binárias que assumem o valor de 1, se a entidade operar no sector bens consumíveis, financeiro, industrial, matéria-prima, serviços consumíveis, tecnologia e telecomunicações e <i>utilities</i> , petróleo e gás, respetivamente, e 0, caso contrário.				
*** Nível de significância a 1%; ** Nível de significância a 5%; * Nível de significância a 10%.				

Seguidamente, procede-se à estimação do modelo utilizando apenas uma variável binária para representar o sector de atividade no qual as entidades se inserem, *Fin*, com o intuito de compreender se o facto de uma entidade pertencer ou não ao sector financeiro influencia a decisão do auditor de divulgar a imparidade do *goodwill* como KAM. Neste contexto, não se afigura viável antecipar o sentido da relação entre as variáveis.

Com recurso à Tabela X (Modelo 1), é possível confirmar que as conclusões permanecem inalteradas, à exceção da associação negativa e estatisticamente significativa encontrada entre as variáveis *KAM_GW* e *End* ($\beta_5=-3,8518$), para um nível de significância de 10%. Importa salientar que, mesmo com a alteração do modo como é incorporado no modelo o sector de atividade de uma entidade, a variável referente ao sector, neste caso *Fin*, permanece sem significância estatística, à semelhança dos resultados alcançados anteriormente (Tabela VII).

TABELA X - RESULTADOS DO MODELO *LOGIT*: CONSIDERANDO APENAS O SECTOR FINANCEIRO

Variável	Sinal Esperado	Modelo 1			Modelo 2		
		Coefficiente	Valor-p		Coefficiente	Valor-p	
Constante	?	β_0	-9,5661	0,217	β_0	-5,2828	0,510
<i>Rend</i>	-	β_1	-23,2436**	0,011	β_1	-24,7179***	0,009
<i>CG</i>	-	β_2	-0,7524*	0,059	β_2	-2,0680**	0,012
<i>CG*Dim_GW</i>	?	--	----	----	β_3	6,6795**	0,043
<i>Dim</i>	+	β_3	0,7203**	0,046	β_4	0,7328**	0,042
<i>Dim_GW</i>	+	β_4	6,3911*	0,053	β_5	-17,0709	0,141
<i>End</i>	+	β_5	-3,8518*	0,090	β_6	-3,5354	0,108
<i>Fin</i>	?	β_6	-0,7449	0,601	β_7	-0,7742	0,632
Número de Observações				92			92
Pseudo R ²				0,2457			0,3106
Teste LR				17,51			22,13
Valor-p				0,0076			0,0024

Variáveis – *Rend*: quociente entre o resultado operacional e o ativo total; *CG*: toma o valor de 1 se: mais de dois terços dos membros do conselho de administração forem independentes; mais de dois terços dos membros da comissão de auditoria forem independentes; a entidade for auditada por uma *Big Four*; o número de reuniões da comissão de auditoria estiver acima da mediana da amostra e não se verificar a acumulação do cargo de presidente e de CEO pela mesma pessoa; *CG*Dim_GW*: produto entre as variáveis *CG* e *Dim_GW*; *Dim*: logaritmo natural do ativo total; *Dim_GW*: rácio entre o *goodwill* e o ativo total; *End*: quociente entre o passivo total e o ativo total; *Fin*: assume o valor de 1, se a entidade operar no sector financeiro e 0, caso contrário.

*** Nível de significância a 1%; ** Nível de significância a 5%; * Nível de significância a 10%.

Por fim, à semelhança do efetuado anteriormente, inclui-se a variável *CG*Dim_GW* no modelo, considerando apenas a variável *Fin* para representar os sectores de atividade nos quais as diversas entidades se inserem, com o intuito de analisar a robustez dos resultados.

Os resultados apresentados na Tabela X (Modelo 2) mostram que as conclusões permanecem inalteradas, exceção feita ao facto da variável *Dim_GW* não ser estatisticamente significativa no presente caso. A relação positiva e estatisticamente significativa entre *KAM_GW* e *CG*Dim_GW* ($\beta_3=6,6795$) a 5% de significância indica que o auditor tem maior tendência para identificar a imparidade do *goodwill* como *KAM*,

quando o peso do *goodwill* nas DFs é significativo e os mecanismos de *corporate governance* são fortes, o que revela a importância do peso deste ativo na decisão do auditor. Tal conclusão é consistente com a obtida na análise dos resultados presentes na Tabela IX.

6. Conclusão

As mudanças recentes na forma e no conteúdo do relatório de auditoria, com a inclusão de uma secção separada destinada à comunicação das matérias relevantes de auditoria, isto é, aquelas que, “no julgamento profissional do auditor, foram as de maior importância na auditoria das demonstrações financeiras” (ISA 701, §8) (IAASB, 2016), tornam pertinente a análise dos fatores que influenciam a decisão do auditor na divulgação destas matérias.

Atualmente, o *goodwill* é uma das matérias mais frequentemente identificada como KAM (Deloitte, 2017; KPMG, 2017a), não só por apresentar um peso significativo nas DFs das entidades, representando 16 a 17% do total do ativo (André et al., 2016; Glaum et al., 2018), como também pela incerteza de que se reveste devido à necessidade do uso do julgamento profissional dos gestores na realização dos testes obrigatórios de imparidade, cuja realização é feita pelo menos anualmente.

Neste contexto, surge a oportunidade de analisar alguns fatores que poderão influenciar a divulgação da imparidade do *goodwill* como KAM, em entidades cujo peso relativo deste ativo intangível é significativo. Neste âmbito, salienta-se o impacto da rendibilidade e dos mecanismos de *corporate governance* das entidades na tomada desta decisão por parte do auditor. Para tal, recorreu-se a uma amostra de 92 observações de entidades cotadas presentes nos índices bolsistas da Alemanha, Bélgica, Espanha, França, Holanda e Portugal, no fim do ano fiscal de 2017.

Os resultados mostram que, em entidades com maior rendibilidade, os auditores têm menor tendência para comunicar a imparidade do *goodwill* como KAM, situação justificada pelo facto de ser neste tipo de entidades que a propensão para o reconhecimento de perdas por imparidade do *goodwill*, bem como os motivos para o fazer são menores (Chalmers et al., 2011; Avallone & Quagli, 2015). Tal contexto implicará um menor nível de risco associado ao processo de determinação do valor recuperável do *goodwill* com a realização dos testes de imparidade a este ativo. Por seu turno, os resultados revelam que é em entidades com fortes mecanismos de *corporate governance* que os auditores têm menor tendência para divulgar a imparidade do *goodwill* como

KAM, dado que o reconhecimento de perdas por imparidade do *goodwill* está mais associado a fatores económicos do que a motivos oportunistas dos gestores em entidades com fortes mecanismos de *corporate governance* (AbuGhazaleh et al., 2011; Kabir & Rahman, 2016). Tal facto reduz o risco associado no reconhecimento destas perdas, o que justifica a relação encontrada.

Os resultados sugerem também que é em entidades com maior dimensão ou maior peso relativo do *goodwill* nas suas DFs que o auditor apresenta maior tendência para identificar a imparidade do *goodwill* como KAM. Ao contrário do esperado, o nível de endividamento e o sector de atividade no qual as entidades atuam não constituem fatores relevantes para justificar a decisão tomada pelo auditor.

As conclusões obtidas são confirmadas pela análise adicional e de robustez, que revela a importância da independência do conselho de administração, da frequência das reuniões da comissão de auditoria e da ausência de dualidade de funções do CEO na diminuição da tendência de o auditor comunicar a imparidade do *goodwill* como KAM. De referir ainda que quando o peso do *goodwill* nas DFs é significativo e os mecanismos de *corporate governance* são fortes, o auditor tem maior tendência para identificar a imparidade do *goodwill* como KAM, o que demonstra o valor da relevância económica do *goodwill* na tomada desta decisão, mesmo numa entidade com fortes mecanismos de *corporate governance*.

Este estudo, tanto quanto se sabe, pioneiro na análise integrada da imparidade do *goodwill* e da comunicação de matérias relevantes de auditoria apresenta, naturalmente, algumas limitações. Em primeiro lugar, o facto de não ser considerada uma das componentes do índice proposto por Kabir & Rahman (2016), nomeadamente, pelo menos um dos membros da comissão de auditoria é contabilista, na medição do nível de *corporate governance* poderá enviesar a medida de *corporate governance* conseguida. No entanto, considera-se que este problema tenha menor importância que a subjetividade que a inclusão desta componente traria ao estudo, pelo que se optou pela exclusão da referida componente. Em segundo lugar, identifica-se como limitação a reduzida dimensão da amostra em resultado do método de recolha de dados utilizado e da exclusão de um número significativo de observações da amostra inicial decorrente do processo de delimitação da mesma. Neste ponto, acresce referir a falta de representatividade de países nos quais as normas contabilísticas aplicáveis no âmbito desta temática sejam mais baseadas em regras ao invés do que se verifica nos países da amostra, cujas normas são

mais baseadas em princípios. Tais limitações inviabilizam a generalização dos resultados alcançados para outras realidades.

Neste sentido sugere-se como pista de investigação futura a inclusão de um conjunto de países cujo normativo contabilístico na área da imparidade dos ativos, mais concretamente da imparidade do *goodwill*, seja mais baseado em regras, com o intuito de compreender se a natureza das normas contabilísticas provoca alterações nos fatores que, de acordo com o presente estudo, se apresentam como relevantes na divulgação da imparidade do *goodwill* como KAM. Propõe-se ainda que se averigue acerca do potencial impacto que o montante pelo qual as perdas por imparidade do *goodwill* são reconhecidas terá na decisão do auditor de comunicar a imparidade do *goodwill* como KAM.

Referências Bibliográficas

- AbuGhazaleh, N. M., Al-Hares, O. M. & Roberts, C. (2011). Accounting Discretion in Goodwill Impairments: UK Evidence. *Journal of International Financial Management and Accounting* 22(3), 165–204. doi: 10.1111/j.1467-646X.2011.01049.x.
- André, P., Filip, A. & Paugam, L. (2016). Examining the Patterns of Goodwill Impairments in Europe and the US. *Accounting in Europe* 13(3), 329–352. doi: 10.1080/17449480.2016.1260748.
- Avallone, F. & Quagli, A. (2015). Insight into the variables used to manage the goodwill impairment test under IAS 36. *Advances in Accounting, incorporating Advances in International Accounting* 31, 107–114. doi: 10.1016/j.adiac.2015.03.011.
- Backof, A. G. (2015). The Impact of Audit Evidence Documentation on Jurors' Negligence Verdicts and Damage Awards. *The Accounting Review* 90(6), 2177–2204. doi: 10.2308/accr-51072.
- Batista, M. C. & Lopes, A. I. (2018). Sobre o Enforcement das IAS/IFRS em Portugal: entidades e mecanismos. Available at: <https://repositorio.iscte-iul.pt> [Accessed: 01/04/2019].
- Bédard, J., Gonthier-Besacier, N. & Schatt, A. (2014). Analysis of the Consequences of the Disclosure of Key Audit Matters in the Audit Report. Available at: <http://www.hec.unil.ch/documents/seminars/dcc/1946.pdf> [Accessed: 01/04/2019].
- Brasel, K., Doxey, M. M., Grenier, J. H. & Reffett, A. (2016). Risk Disclosure Preceding Negative Outcomes: The Effects of Reporting Critical Audit Matters on Judgments of Auditor Liability. *The Accounting Review* 91(5), 1345–1362. doi: 10.2308/ciia-51546.
- Chalmers, K. G., Godfrey, J. M. & Webster, J. C. (2011). Does a goodwill impairment regime better reflect the underlying economic attributes of goodwill?. *Accounting and Finance* 51, 634–660. doi: 10.1111/j.1467-629X.2010.00364.x.
- Christensen, B. E., Glover, S. M. & Wolfe, C. J. (2014). Do Critical Audit Matter Paragraphs in the Audit Report Change Nonprofessional Investors' Decision to Invest? *Auditing: A Journal of Practice & Theory* 33(4), 71–93. doi: 10.2308/ajpt-50793.
- Cohen, J. R., Krishnamoorthy, G., Peytcheva, M. & Wright, A. M. (2013). How Does the Strength of the Financial Regulatory Regime Influence Auditors' Judgments to Constrain Aggressive Reporting in a Principles-Based Versus Rules-Based Accounting

Environment? *Accounting Horizons* 27(3), 579–601. doi: 10.2308/acch-50502.

Coram, P. J., Mock, T. J., Turner, J. L. & Gray, G. L. (2011). The Communicative Value of the Auditor's Report. *Australian Accounting Review* 21(58), 235–252. doi: 10.1111/j.1835-2561.2011.00140.x.

Cordoş, G.-S. & Fülöp, M.-T. (2015). Understanding audit reporting changes: introduction of Key Audit Matters. *Accounting and Management Information Systems* 14(1), 128–152.

Darrough, M. N., Guler, L. & Wang, P. (2014). Goodwill Impairment Losses and CEO Compensation. *Journal of Accounting, Auditing and Finance* 29(4), 435–463. doi: 10.1177/0148558X14537824.

Deloitte (2017). Benchmarking the new auditor's report Key audit matters and other additional. Available at: <https://www2.deloitte.com/ch/en/pages/audit/articles/benchmarking-the-new-auditors-report.html> [Accessed: 15/04/2019].

Donelson, D. C., McInnis, J. M. & Mergenthaler, R. D. (2012). Rules-Based Accounting Standards and Litigation. *The Accounting Review* 87(4), 1247–1279. doi: 10.2308/accr-10274.

Gimbar, C., Hansen, B. & Ozlanski, M. E. (2016a). Early Evidence on the Effects of Critical Audit Matters on Auditor Liability. *Current Issues in Auditing* 10(1), A24–A33. doi: 10.2308/ciia-51369.

Gimbar, C., Hansen, B. & Ozlanski, M. E. (2016b). The Effects of Critical Audit Matter Paragraphs and Accounting Standard Precision on Auditor Liability. *The Accounting Review* 91(6), 1629–1646. doi: 10.2308/accr-51382.

Giner, B. & Pardo, F. (2015). How Ethical are Managers' Goodwill Impairment Decisions in Spanish-Listed Firms? *Journal of Business Ethics* 132, 21–40. doi: 10.1007/s10551-014-2303-8.

Glaum, M., Landsman, W. R. & Wyrwa, S. (2018). Goodwill Impairment: The Effects of Public Enforcement and Monitoring by Institutional Investors. *The Accounting Review* 93(6), 149–180. doi: 10.2308/accr-52006.

Gold, A., Gronewold, U. & Pott, C. (2012). The ISA 700 Auditor's Report and the Audit Expectation Gap - Do Explanations Matter? *International Journal of Auditing* 16, 286–

307. doi: 10.1111/j.1099-1123.2012.00452.x.

Gray, G. L., Turner, J. L., Coram, P. J. & Mock, T. J. (2011). Perceptions and Misperceptions Regarding the Unqualified Auditor's Report by Financial Statement Preparers, Users, and Auditors. *Accounting Horizons* 25(4), 659–684. doi: 10.2308/acch-50060.

Hair, J. F., Black, W. C., Babin, B. J. & Anderson, R. E. (2014). Pearson New International Edition: Multivariate Data Analysis. Seventh Ed. Harlow: Pearson Education Limited. doi: 10.1007/978-3-319-01517-0_3.

International Accounting Standards Board (IASB) (2004). Norma Internacional de Relatório Financeiro 3: Concentrações de atividades empresariais. *Jornal Oficial da União Europeia*.

International Accounting Standards Board (IASB) (2008). International Financial Reporting Standard 3 (Revised): Business Combinations.

International Auditing and Assurance Standards Board (IAASB) (2016). International Standard on Auditing 701- Communicating Key Audit Matters in the Independent Auditor's Report.

International Federation of Accountants (IFAC) (2008). The Independent Auditor's Report on a Complete Set of General Purpose Financial Statements. Available at: <https://www.iaasb.org/projects/independent-auditors-report-complete-set-general-purpose-financial-state> [Accessed: 30/03/2019].

Jamal, K. & Tan, H.-T. (2010). Joint Effects of Principles-Based versus Rules-Based Standards and Auditor Type in Constraining Financial Managers' Aggressive Reporting. *The Accounting Review* 85(4), 1325–1346. doi: 10.2308/accr.2010.85.4.1325.

Kabir, H. & Rahman, A. (2016). The role of corporate governance in accounting discretion under IFRS: Goodwill impairment in Australia. *Journal of Contemporary Accounting and Economics* 12, 290–308. doi: 10.1016/j.jcae.2016.10.001.

Knauer, T. & Wöhrmann, A. (2016). Market Reaction to Goodwill Impairments. *European Accounting Review* 25(3), 421–449. doi: 10.1080/09638180.2015.1042888.

Köhler, A. G., Ratzinger-Sakel, N. V. S. & Theis, J. C. (2016). The Effects of Key Audit Matters on the Auditor's Report's Communicative Value: Experimental Evidence from Investment Professionals and Non-Professional Investors. Available at:

<http://www.ssrn.com/abstract=2838162> [Accessed: 31/03/2019].

KPMG (2017a). Key Audit Matters: Auditor's report snapshot 20 September 2017. Available at: <https://home.kpmg/au/en/home/insights/2017/09/key-audit-matters-auditor-report-20-september-2017.html> [Accessed: 15/04/2019].

KPMG (2017b). The Value of Enhanced Auditor's Reports: A Review of Expanded Disclosures. Available at: <https://assets.kpmg/content/dam/kpmg/sg/pdf/2017/09/the-value-of-enhanced-auditor-reports.pdf> [Accessed: 16/04/2019].

Li, Z., Shroff, P. K., Venkataraman, R. & Zhang, I. X. (2011). Causes and consequences of goodwill impairment losses. *Review of Accounting Studies* 16, 745–778. doi: 10.1007/s11142-011-9167-2.

Mergenthaler, R. D. (2009). Principles-Based Versus Rules-Based Standards and Earnings Management. Available at: <http://www.ssrn.com/abstract=1528524> [Accessed: 14/07/2019].

Morais, A. I. (2019). Are Changes in International Accounting Standards Making Them More Complex?. *Accounting Forum* 1–29. doi: 10.1080/01559982.2019.1573781.

Nolder, C. & Riley, T. J. (2014). Effects of Differences in National Culture on Auditors' Judgments and Decisions: A Literature Review of Cross-Cultural Auditing Studies from a Judgment and Decision Making Perspective. *Auditing: A Journal of Practice & Theory* 33(2), 141–164. doi: 10.2308/ajpt-50657.

Parlamento Europeu e Conselho da União Europeia (2014a). Diretiva 2014/56/UE do Parlamento Europeu e do Conselho de 16 de abril de 2014 que altera a Diretiva 2006/43/CE relativa à revisão legal das contas anuais e consolidadas. *Jornal Oficial da União Europeia*.

Parlamento Europeu e Conselho da União Europeia (2014b). Regulamento (UE) N° 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho de 16 de abril de 2014 relativo aos requisitos específicos para a revisão legal de contas das entidades de interesse público e que revoga a Decisão 2005/909/CE da Comissão. *Jornal Oficial da União Europeia*.

Pinto, I. & Morais, A. I. (2018). What matters in disclosures of key audit matters: Evidence from Europe. *Journal of International Financial Management & Accounting* 0(0), 1–18. doi: 10.1111/jifm.12095.

Schatt, A., Doukakis, L., Bessieux-Ollier, C. & Walliser, E. (2016). Do Goodwill

Impairments by European Firms Provide Useful Information to Investors?. *Accounting in Europe* 13(3), 307–327. doi: 10.1080/17449480.2016.1254348.

Schipper, K. (2003). Principles-Based Accounting Standards. *Accounting Horizons* 17(1), 61–72.

Sierra-García, L., Gambetta, N., García-Benau, M. A. & Orta-Pérez, M. (2019). Understanding the determinants of the magnitude of entity-level risk and account-level risk key audit matters: The case of the United Kingdom. *The British Accounting Review*. doi: 10.1016/j.bar.2019.02.004.

Sun, L. (2016). Managerial ability and goodwill impairment. *Advances in Accounting, incorporating Advances in Internacional Accouting* 32, 42–51. doi: 10.1016/j.adiac.2016.02.002.

Tepalagul, N. & Lin, L. (2015). Auditor Independence and Audit Quality: A Literature Review. *Journal of Accounting, Auditing and Finance* 30(1), 101–121. doi: 10.1177/0148558X14544505.

Thomson Reuters (2015). *Worldscope Database: Data Definitions Guide*. Available at: http://www.datastream.jp/wp/wp-content/uploads/2015/10/guide_Worldscope-Data-Definitions-Guide-Issue-14.3.pdf [Accessed: 16/05/2019].

Anexos

Anexo 1

```
. estat classification
```

Logistic model for KAM_GW

Classified	True		Total
	D	~D	
+	78	8	86
-	2	4	6
Total	80	12	92

Classified + if predicted Pr(D) >= .5
True D defined as KAM_GW != 0

Sensitivity	Pr(+ D)	97.50%
Specificity	Pr(- ~D)	33.33%
Positive predictive value	Pr(D +)	90.70%
Negative predictive value	Pr(~D -)	66.67%
False + rate for true ~D	Pr(+ ~D)	66.67%
False - rate for true D	Pr(- D)	2.50%
False + rate for classified +	Pr(~D +)	9.30%
False - rate for classified -	Pr(D -)	33.33%
Correctly classified		89.13%

Figura 1 – Percentagem de previsões corretas do modelo *logit*

Anexo 2

```
. estat classification
```

Probit model for KAM_GW

Classified	True		Total
	D	~D	
+	78	9	87
-	2	3	5
Total	80	12	92

Classified + if predicted Pr(D) >= .5
True D defined as KAM_GW != 0

Sensitivity	Pr(+ D)	97.50%
Specificity	Pr(- ~D)	25.00%
Positive predictive value	Pr(D +)	89.66%
Negative predictive value	Pr(~D -)	60.00%
False + rate for true ~D	Pr(+ ~D)	75.00%
False - rate for true D	Pr(- D)	2.50%
False + rate for classified +	Pr(~D +)	10.34%
False - rate for classified -	Pr(D -)	40.00%
Correctly classified		88.04%

Figura 2 – Percentagem de previsões corretas do modelo *probit*